

Escuta  
com Afeto

PROMOÇÃO:



APOIO:



DEFENSORIA PÚBLICA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

---

ORGANIZADORES:

Antonio Flávio de Oliveira  
Samara Heerd  
Patrícia Kettermann  
Lizana Dallazen  
Felipe Daroit

# Escuta com Afeto

Histórias de Humanidade pelos Defensores Públicos



PATROCÍNIO:



Copyright 2021 © by AUTORES E ORGANIZADORES

Todos os direitos desta edição reservados aos autores e organizadores. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida, seja qual for o meio, sem a permissão prévia.

REVISÃO

Marta D. Claudino

IMAGEM DOS PÁSSAROS

Marcelo Messias

IMAGEM DA CAPA

Michelle Freitas

DIAGRAMAÇÃO

Gilson Ferreira

EDITOR

Adriano Zago

CIP-BRASIL. Catalogação na publicação  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

E73

Escuta com afeto : histórias de humanidade pelos defensores públicos / organização Antonio Flávio de Oliveira ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo : Edições Zagg, 2021.

160 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-86711-28-8

1. Defensorias públicas - Rio Grande do Sul - Contos. 2. Histórias jurídicas. 3. Contos brasileiros. I. Oliveira, Antonio Flávio de.

21-69907

CDD: 869.3

CDU: 82-34(81)

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

**EDIÇÕES ZAGG**

Rua Sepetiba, 860 – Lapa

05052-000 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 2334-6327

contato@zagodoni.com.br

**www.zagodoni.com.br**



## Sumário

---

<b>P</b> refácio. Defensoria Pública e Poesia .....	8
<i>Maria Carpi</i>	
<b>A</b> presentação .....	12
<i>Antonio Flávio de Oliveira</i>	
<b>1</b> A Dívida .....	16
<i>Alexandre Brandão Rodrigues</i>	
<b>2</b> Um Dia para Sempre .....	30
<i>Andrey Régis de Melo</i>	
<b>3</b> Doce Vitória .....	36
<i>Caroline Mazzola Panichi</i>	
<b>4</b> Dona Zilá .....	40
<i>Cassandra Sibemberg Halpern</i>	
<b>5</b> O Defensor e a Velha Senhora .....	44
<i>Cristiano Vieira Heerdt</i>	
<b>6</b> A Realidade é Pura Fricção .....	48
<i>Domingos Barroso da Costa</i>	
<b>7</b> A Primeira ACP e a Globo .....	56
<i>Eduardo Marengo Rodrigues</i>	
<b>8</b> Causos de um Defensor Público .....	64
<i>Fábio Luís Mariani de Souza</i>	
<b>9</b> Do Desespero à Centelha .....	76
<i>Fabício Azevedo de Souza</i>	

<b>10</b>	Morreu Dona Adélia.....	82
	<i>Felipe Pizarro Drummond</i>	
<b>11</b>	Mistério da Meia-Noite.....	92
	<i>Guilherme Henrique Mariani de Souza</i>	
<b>12</b>	O Rio.....	96
	<i>Igor Menini da Silva</i>	
<b>13</b>	Somos Todos Iguais.....	100
	<i>Maria de Fátima Záchia Paludo</i>	
<b>14</b>	Chá de Banheira e Baldes de Lágrimas .....	108
	<i>Mariana Fenalti Salla</i>	
<b>15</b>	O Parto .....	112
	<i>Patrícia Kettermann</i>	
<b>16</b>	A Antessala.....	118
	<i>Patrícia Pithan Pagnussatt Fan</i>	
<b>17</b>	A Carta.....	126
	<i>Rafaela Consalter</i>	
<b>18</b>	O Nascimento.....	130
	<i>Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros</i>	
<b>19</b>	Um Contra Todos .....	136
	<i>Tarcizio Scherer Perlin</i>	
<b>20</b>	O Preço do Tempo.....	146
	<i>Waldemar Menchik Junior</i>	

**Prefácio.**  
**Defensoria Pública e Poesia**

---

*Maria Carpi*<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Defensora Pública e Poeta.



.....

**A**lém da lúcida visão do jurista italiano Mauro Capeletti do acesso à justiça aos pobres, destaca-se a prática do direito daquele que antes atuou como juiz na França, Ivo Kermartin. Separar a Justiça do poder arbitrário e das circunstâncias da mais-valia, é quase um ato de santidade. Por isso, Ivo de Kermartin é conhecido por Santo Ivo e Protetor da Defensoria Pública.

Mas o que fez esta poeta ingressar na Defensoria Pública? A poesia, na linguagem, é uma transferência de sentido. Assim, surgem as figuras de linguagem, principalmente as metáforas. Porém, há a poesia concreta dos atos de nossa existência. E nenhuma poesia escrita suplantará a beleza de provermos uma sociedade mais justa. O acesso do pobre à Justiça é, portanto, um ato concreto de poesia.

A poeta não quer – e não deve – exigir para si uma Justiça pessoal, mas coletiva. A poeta não quer – e não deve – apenas usufruir em proveito próprio dos bens da comunidade, dos quais o acesso do pobre à Justiça é um direito inaliável.

Nem todos necessitam ser escritores de poesia, mas todos somos convocados a vivermos poeticamente. E o que isso significa? Um compromisso de responsabilidade firmado pela ética comunitária, não só com nossos semelhantes, mas com

todo o universo. Quando entendermos, caros colegas, que seremos Defensor Público e Defensora Pública é mais do que um ofício, é uma **vocação, estaremos fazendo poesia.**

E é poesia o nosso compromisso não apenas com a demanda jurídica, com a causa em litígio, mas com uma sociedade mais justa, com o direito à cidadania para todos. Além do ingresso aos tribunais, devemos lutar pelo ingresso dos menos favorecidos nos bens da sociedade, entre os quais se destacam: saúde, moradia, educação, liberdade de expressão, segurança e salário digno. A Justiça se tornará plena quando a sociedade for uma comunidade, contra qualquer ideologia da exclusão.

Assim, podemos dizer que foi da mais alta poesia a nossa Carta Magna finalmente incorporar a Defensoria Pública em seus dispositivos constitucionais, sendo o mais belo poema social a redação do texto do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente pela sociedade civil organizada.

E quando um jovem, com menos de 23 anos, sem internet e outros meios avançados de comunicação, se posicionou com bravura contra uma das maiores injustiças do nosso país: **a escravidão**, escrevendo *O Navio Negreiro*, ele estava exercendo a vocação de Defensor Público. E seu nome o tenho no meu coração: Antônio de Castro Alves.

Torno a dizer: **ser defensor é vocação. Vocação de fraternidade e liberdade.**

Aprende com a semente  
o preceito justo  
e com o sementeiro,  
a distribuí-lo.

O semeador antes  
da árvore da lei,  
lavra a terra e  
a escuta, atento

às precisões da  
grei, com a resposta.  
O semeador labuta e  
A semente põe passos.

O semeador dispersa  
o grão da esperança  
e a semente colhe  
o bem comum, do fruto.

## **Apresentação**

.....  
*Antonio Flávio de Oliveira*<sup>2</sup>

.....  
<sup>2</sup> Defensor Público Geral.

.....

“A esperança é o que move o pobre, doutor” – disse em um misto de resignação e inconformismo.

Talvez por perspicazmente ter visto a impotência e a tristeza nos olhos de seu interlocutor, defensor imberbe, que realmente não sabia o que mais dizer e como sair da situação de difícil resolução, arrematou: “Só não pode ser nome de sogra”.

E a ver, novamente, a incompreensão de quem ouviu, porém não compreendeu, disse, acompanhado de um largo sorriso de muito brilho e poucos dentes: “Porque é a última que morre”.

E a risada se fez recíproca e, momentaneamente, afastou as dores da vida, daquela vida, tão inexplicavelmente sofrida e dura. Assim, da tristeza compartilhou-se a alegria, e o consolador se sentiu consolado naquele momento, ambos compartilhando a esperança.

Talvez nenhuma outra atividade da área jurídica proporcione tamanho grau de recompensa: o aprendizado.

O que vivemos diariamente e indelevelmente levamos em nossos corações são histórias de luta. De sofrimento. De irrisignação. De quem não tem a opção de desistir, nunca. Mas, também, de sorrisos largos. De lágrimas jorrando por rostos

castigados que atestam mais vida do que diz a certidão de nascimento. Do olhar admirado e respeitoso, a nos dizer, conseguimos, muito obrigado!

Todo o partilhar humano merece um registro. Afinal, somos parte um do outro formando um todo que denominamos vida. Como é difícil este entendimento; mas, confesso, o exercício do defensorar tem aberto minha compreensão.

Quando a Samara, a Lizana, o Daroit e eu pensamos em lançar um livro, ideia não inédita, das vivências dos defensores não imaginávamos, no fundo sabíamos sim, que viessem histórias tão lindas.

O que apresentamos, em parceria com o Sicredi – que prontamente se irmanou no projeto – é uma obra de humanidade. De amor. De gratidão.

Gratidão pelo apoio da FESDEP que albergou o projeto. Gratidão pela honra do prefácio da poetisa, escritora, defensora pública, Maria Carpi, emocionante.

São estórias/histórias de gente. Que chora. Que ri. Que ama. Histórias de pessoas partilhando com outras pessoas sua existência dura, porém intensa e verdadeira.

No exercício da escuta e da compreensão, da empatia, do colocar-se no lugar e na dor do outro é que reside a maior qualidade do defensor público. Nem todos com quem vivenciamos a Defensoria Pública são anjos, poucos são demônios, ou nenhum o é. Na verdade, são simplesmente seres humanos como nós, em toda a sua infinita complexidade, com acertos e erros.

A nossa ação de escuta, e não de julgar e repreender, é o que nos mantém cada vez mais vivos como pessoas e como instituição. Como me disse certa vez dra. Maria de Fátima, que também nos brinda com sua vivência, “se julgamos, é porque existimos?” Temos é que abraçar.

Então, nas páginas seguintes, a Fátima, o Alexandre, o Andrey, a Caroline, a Cassandra, o Cristiano, o Domingos, o Eduardo, o Fábio, o Fabrício, o Felipe, o Guilherme, o Igor, a Mariana, a Patrícia Fan, a Patrícia Kettermann, a Rafaela, a Regina, o Tarcizio e o Waldemar revelam um pouco de suas escutas, compartilhando vidas, afetos, abraços e também esperança. Que só não pode ser nome de sogra.

Boa leitura, um grande abraço!

**I**

**A Dívida<sup>3</sup>**

.....  
*Alexandre Brandão Rodrigues*

.....  
<sup>3</sup> Baseado em fatos reais, contudo os personagens e as circunstâncias são fictícios.



.....

**P**or mais ensolarado e vibrante que estivesse o dia, perto de um presídio parecia que estava sempre nublado. Lembrava aqueles desenhos animados antigos em que nuvens e relâmpagos sempre cercavam o castelo mal-assombrado. O ambiente é tóxico, repugnante, claustrofóbico devido a todo aquele concreto, cercas de arame, junto com o mau cheiro que exala, uma mistura de gordura, excremento e esgoto, que constantemente verte de suas entranhas por não suportar a superlotação. Esse cheiro, conhecido como “inhaca de cadeia”, é tão forte que gruda em quem permanece naquele ambiente, seja nos servidores, seja nos presos, seja em quem visita constantemente o local. O bom é que, pelo menos, essa “inhaca” sai com o banho, o que não se pode dizer dos outros efeitos nocivos do cárcere.

Mas isso não era desculpa para Marcus deixar de ir ao presídio quando era necessário; ia sempre, não deixava de atender, pois sabia que aquelas pessoas precisavam dele, estavam em situação de vulnerabilidade extrema. Os presídios no Brasil são uma verdadeira vergonha, trata-se de um ambiente no qual o Estado, em toda a sua plenitude, mostra a sua face mais hipócrita. Existem normas, tratativas internacionais, leis, como é o caso da Lei de Execução Penal (LEP – Lei 7210/84),

que prescrevem vários direitos aos presos, como alimentação digna, trabalho, saúde, educação e assim por diante. Mas tais direitos são negligenciados, simplesmente não são respeitados. A comida é de péssima qualidade, as galerias onde os presos são recolhidos são verdadeiros calabouços medievais, locais superlotados, mal cheirosos, infestados de pragas (como piolhos, pulgas, percevejos, baratas, ratos, etc.), onde doenças, como tuberculose, AIDS, entre outras campeiam sem controle. Gostaria de estar exagerando, mas é a pura e nua verdade. É fato, é só querer ver.

E também é fato que quem se encontra depositado nestes locais, sem nenhuma dignidade, sem nenhum respeito, sem nada, são os indesejáveis da sociedade, pessoas pobres e sem instrução. Nestes locais, certamente, a vigilância sanitária não permitiria sequer a criação de animais, pois devido ao alto índice de doenças e à falta de higiene, a qualidade da carne estaria comprometida, não poderia ser consumida pelo ser humano. É um triste fato: nunca seria permitida a criação de animais para consumo humano nos nossos presídios, mas, mesmo assim, esses locais servem como depósito de pessoas.

O pior não é isso, a calamidade do sistema prisional brasileiro é tanta que o Estado, em alguns presídios, faz uma espécie de “parceria pública e privada”, na qual o Estado se responsabiliza em manter as pessoas segregadas, dentro dos muros do presídio e as facções criminosas se responsabilizam em administrar a rotina no interior do estabelecimento penal. Devido à calamidade do sistema, em especial devido à superlotação, em alguns presídios os agentes do Estado não ingressam no interior das galerias, quem faz as movimentações internas, recebe a alimentação e o material de higiene, enfim, administram as galerias são os próprios apenados. Não todos

os apenados, mas sim os membros de determinadas facções criminosas.

As galerias são divididas de acordo com as facções criminosas, e se o preso, ao chegar no presídio, não pertencia a nenhuma facção, é distribuído nas galerias aleatoriamente. O fato é que se não pertencia a nenhuma facção, entrando no sistema prisional, automaticamente vai fazer parte de alguma facção, até porque senão não conseguem sobreviver na cadeia. E isso exige que o preso assuma dívidas que deverão ser pagas, no futuro, quando ele estiver solto. Por isso o alto índice de reincidência<sup>4</sup>. Por exemplo, uma pessoa que ingressou no sistema prisional por ter cometido um crime leve, um furto ou estelionato, poderá, no futuro, ser compelido a traficar drogas ou, até mesmo, executar algum desafeto da facção. Desta forma, o sistema prisional brasileiro converte-se em uma verdadeira fábrica de bandidos; é um ambiente altamente nocivo, deletério, não é bom para a pessoa segregada e não é bom para a sociedade como um todo.

Mas não é somente isso, a pessoa segregada se for ré primária e não estiver envolvida com alguma facção criminosa vai ser vítima de todo tipo de abusos dentro do presídio. Vai ser obrigada a pagar pela sua alimentação (alimentação que é disponibilizada pelo Estado), vai pagar pelo colchão que dorme (também disponibilizado pelo Estado), se, é claro, tiver colchão para dormir. E será obrigada a fazer vários favores para os líderes das facções, desde submeter um familiar a levar droga para dentro do presídio até ser compelido a fazer favores sexuais. Enfim, dentro do estabelecimento penal a pes-

.....  
<sup>4</sup> Segundo dados do IPEA, o índice de reincidência chega a 70% ou 80%. Relatório de Pesquisa sobre “Reincidência Criminal no Brasil, disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611\\_relatorio\\_reincidencia\\_criminal.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf), acessado em 13/03/2019.

soa fica a mercê de todo tipo de abuso, físico e moral, perde a saúde, a sanidade e a integridade.

Tudo isso acontece porque o sistema prisional é feito para um determinado público, no caso, para as pessoas pobres. Essas que sofrem com a superlotação e com a falta de estrutura do sistema. As pessoas com alguma condição social e financeira não ficam segregados com os presos comuns (nome que é dado aos presos pobres e excluídos, pessoas que provêm do setor mais baixo do estrato social). Isso ficou bem claro com os presos da Operação Lava Jato e demais operações que envolveram grandes empresários e políticos. Essas pessoas quando presas foram recolhidas em alas separadas, em celas com lotação mínima, tiveram e têm todos os seus direitos assegurados. Foram tratadas, em suma, como todo preso deveria ser tratado, com a restrição da sua liberdade, mas com a garantia da sua dignidade. O que não ocorre com o preso pobre e excluído, que é a grande maioria, para este, o Estado sempre esteve ausente, primeiro na vila, nas favelas e, depois, no interior do presídio.

No sistema prisional, em suma, o Estado somente administra o exterior, Responsabiliza-se pela segregação das pessoas para que elas não saiam, somente isso; dentro da cadeia o Estado não tem ingerência alguma e quem disser o contrário está mentindo. Mas isso não é o que mais espanta, o que mais me espanta é que a grande maioria das pessoas continua dormindo sem peso na consciência. Pensa, como forma de se justificar pelo abuso e por toda a violência perpetrados que “se cometeram crimes, têm que pagar”. Só que, dessa forma, a sociedade e o Estado descumprem a lei, pois impõem ao condenado um suplício que vai muito além da sua pena, desrespeitam a sua dignidade, comprometem a sua saúde e integridade física. Diante disso, fica a questão: será que a sociedade

e o Estado não são tão ou mais criminosos do que os próprios condenados?

Esses questionamentos sempre vinham à mente de Marcus quando ingressava no Presídio Estadual de Lajeado (PEL), sempre que via aquela estrutura austera e imponente, que faz com que qualquer pessoa tenha medo de se aproximar. A frente do presídio é cercada por um muro de cerca de quatro metros de altura; o primeiro metro é de alvenaria e o restante é de tela sustentada por mourões de concreto. A parte superior dos mourões é inclinada para dentro em um ângulo de 45 graus e nessa parte passam cinco fios de arame farpado que cobre toda a extensão do muro. As laterais e a parte de trás o muro são de alvenaria, com anéis de concertinas<sup>5</sup> na sua extremidade superior. Na entrada do presídio existe pórtico de alvenaria de cerca de três metros de altura por três metros de largura, que é fechado por um portão eletrônico. Ao ingressar nesse portão eletrônico, há um pequeno pátio onde, frequentemente, ficam as viaturas da SUSEPE (Superintendência do Serviços Penitenciários), e no lado direito está localizado o albergue, onde cumprem pena os condenados no regime semiaberto.

No caso específico do PEL, os presos condenados a cumprir pena no regime semiaberto permanecem no albergue e podem ter algumas saídas temporárias em datas especiais; e, quando empregados, podem sair no horário do trabalho, mas têm de retornar para dormir do presídio. Já os presos que cumprem pena no regime aberto têm mais regalias, pois têm somente a obrigação de, diariamente, vir assinar a sua presença na portaria do PEL até as 20 horas, com exceção dos feriados e fim de semana, que estão desobrigados de assinar. A única

.....  
<sup>5</sup> Concertinas são cercas de metal com lâminas pontiagudas, que cortam ao menor toque.

condição é de permanecerem em casa das 22 até as 6 horas da manhã. Isso acontece devido à superlotação e à consequente falta de vagas para o regime aberto. Os regimes de pena estão previstos no Código Penal e na Lei de Execução Penal, mas não funcionam tal como determina a lei, tudo depende da estrutura de cada presídio, que quase sempre é precária.

As galerias onde ficam os presos que cumprem pena no regime fechado é cercada por um segundo muro, todo de alvenaria, com telas e concertinas na parte superior. Neste muro existem guaritas em suas extremidades para os policiais militares que fazem a guarda externa. As guaritas são ligadas por um corredor externo que é utilizado por esses policiais para fazerem as rondas.

O agente penitenciário que estava na portaria, ao ver que Marcus chegara, abriu o portão eletrônico e, depois, o cadeado que trancava a grade de ferro que dá acesso à recepção e à sala onde é feita a revista das visitantes dos internos.

Quanto a esta revista, ou melhor, quando ao procedimento que era adotado há alguns anos no Rio Grande do Sul e ainda é adotado em outros estados da Federação, cabe um aparte. A forma que era realizada essa revista surtiu (e ainda surte, em alguns Estados) muita polêmica. Isso porque era exigido das mulheres que ficassem nuas e se agachassem em cima de um espelho para que as agentes penitenciárias pudessem verificar se elas não transportavam nada nos seus orifícios, vagina e ânus. A justificativa dessa medida extrema era de evitar que drogas, celulares, munições e outros objetos proibidos entrassem pelos orifícios das visitantes. E, realmente, houve vários registros de objetos armazenados nesses orifícios. Mas isso acontecia devido à falta de estrutura do presídio e do sistema penitenciário como um todo, pois os visitantes não têm um lugar próprio, específico, para realizarem a visita. Os visitantes

ficam no pátio não só com o seu parente ou companheiro preso, mas sim com todos os presos e os outros visitantes. E isso mais a pressão exercida pelas lideranças da facção criminosa são os ingredientes de todo o problema.

Então, em nome da insegurança que é criada pela falta de estrutura dos estabelecimentos penais, ou seja, pela falta de interesse em proporcionar um ambiente seguro e saudável para o preso e seus familiares, o Estado, de maneira irresponsável e hipócrita, transfere essa responsabilidade para a visitante e a submete a um procedimento de revista degradante. E, assim, humilha, viola e faz com que a pessoa não se sinta humana, mas sim uma coisa que pode ser violada, desmontada ao bel-prazer dos agentes do Estado. Portanto, fica a questão: pode o Estado, em prol da segurança, submeter uma mãe, uma avó, que nunca cometeram crimes (o único delito é serem pobres), a uma situação tão vexatória quanto esta? Ora, não dispõe a Constituição que a pena não pode passar da pessoa do condenado?<sup>6</sup> O fato é o seguinte, essas mulheres são submetidas a essa humilhação porque são pobres, e por serem pobres não recebem a devida proteção do Estado, na verdade são violentadas pelo Estado que deveria protegê-las. Diante desse procedimento infame, algumas mulheres, como forma de defesa contra essa humilhação ou até mesmo como forma de dificultar a revista, já utilizam do subterfúgio de irem para a revista em precárias condições de higiene, logo após fazerem sexo ou sem se limparem adequadamente depois de defecar. O que causava muito nojo e repulsa nas agentes penitenciárias responsáveis pela revista íntima, mas que não evitavam o pro-

.....  
<sup>6</sup> Existe um Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 959620 em que se discute a licitude das provas obtidas mediante a revista íntima de visitantes que ingressam em estabelecimento prisional.

cedimento, somente provocava mais humilhação e vergonha para a pessoa.

Ainda quanto à questão das visitas, existe coisa pior: trata-se das visitas íntimas, ou seja, as visitas que são realizadas para fins de manter relações sexuais. Elas são realizadas dentro das galerias, sob a supervisão e organização dos líderes da facção que cobram também por isso. Mas esse não é o principal problema...

Certa vez, alguns anos atrás, Marcus estava indo para a sala da assistência social, local que era designado para o atendimento da Defensoria Pública no presídio, quando no corredor que liga a recepção às galerias, local onde fica a administração do presídio, um preso, que vinha no sentido contrário parou e se postou de frente para a parede. Esse era um procedimento que todo preso tinha que seguir ao se deparar no mesmo corredor com um agente, visitante ou com qualquer outra pessoa que não fosse um outro preso. Marcus sabia disso, por isso não estranhou, achava aquilo desnecessário, mas era uma determinação da segurança que era seguida sem oposição pela população carcerária.

Ao passar pelo preso, mesmo ele estando de costas, Marcus o cumprimentou, desejando-lhe uma boa tarde. Quando o preso, sem se virar, falou:

— Preciso muito falar com o senhor. — Marcus parou.

— Claro, coloque o teu nome na lista de atendimento.

— Não dá doutor, o plantão da galeria não vai colocar o meu nome para atendimento, ele não quer que eu fale com ninguém. Inclusive, se ele souber que eu tô falando com o senhor vai dar ruim pra mim.

Como foi ressaltado anteriormente, devido à superlotação e à falta de estrutura do presídio, tanto pessoal como de material, são os plantões das galerias (que fazem parte da lideran-



ça da facção criminosa) que organizam as listas de quem vai ser atendido na enfermaria, na assistência social e assim por diante. Para minimizar esse poder do plantão, Marcus já vinha com uma lista pronta de quem seria atendido em cada dia e quando algum preso se negava a ser atendido, ele exigia que o conduzisse a sua presença para que fosse feita essa negativa pessoalmente.

Marcus entendeu que algo grave havia ocorrido.

— Tá bem, fica aí onde tu tá que eu vou determinar que tu sejas conduzido para atendimento agora mesmo.

Assim, enquanto o preso esperava, postado de frente para a parede, Marcus se dirigiu para sala do responsável pela disciplina e segurança do presídio e requisitou que aquele preso fosse encaminhado, de imediato, para atendimento com ele. Assim foi feito, de imediato o preso foi conduzido para sala da assistência social.

— Tudo bom, qual é o teu nome? – perguntou Marcus, que estava sentado em uma mesa de escritório, de madeira, bem antiga e na sua frente o preso.

— Jandir Peixoto, doutor.

— Então, no que eu posso te ajudar Jandir?

— Em nada doutor, em nada mesmo! — Ao falar isso Jandir desabou, começou a chorar como uma criança pequena. Foi difícil para Marcus ver aquele homem maduro, de cerca de cinquenta anos, desabar na sua frente.

— Calma, quer que eu peça para te trazer água?

— Não, não, não precisa. O senhor não pode me ajudar, não pode fazer nada por mim, só quero que me ouça, eu tenho que falar para alguém senão vou enlouquecer ou fazer uma besteira.

— Claro, te acalma e fala então, estou te ouvindo.

Jandir ficou quieto por alguns segundos, como que buscando forças para falar. Marcus entendeu e respeitou aquele momento, permaneceu calado, esperando o tempo de Jandir.

— Doutor eu sou estelionatário, confesso ao senhor. Já fiz muita besteira; dei cheque sem fundos, falsifiquei, apliquei golpes... Tenho uns dez processos, já fui condenado por quatro desses processos. Na verdade, o meu regime é o semiaberto, mas devido a um PAD<sup>7</sup> que arranjaram pra mim, fui parar no fechado. — Marcus ouvia tudo sem o interromper. — Pois é... quando ingressei na galeria, começou o meu tormento... — Fez uma breve pausa como se quisesse organizar os pensamentos. — Eles descobriram, doutor, que eu sou estelionatário e pensaram que eu tinha dinheiro. Aí começaram a me cobrar tudo, até o papel higiênico que eu limpo a bunda. Mas eu não tenho dinheiro, doutor! Sou um chinelo! Jandir rompeu novamente em choro. Marcus não fez nada. Ele se recompôs e continuou. — Eu dizia para eles que não tinha dinheiro. Mas não adiantava, eles só anotavam e diziam que a minha dívida tava aumentando. — Jandir fez mais uma breve pausa. — Foi aí Doutor que chegou o dia de visitas... O preso olhou para o teto, as lágrimas brotavam em seus olhos. — No domingo passado a minha mulher veio me ver. — Naquele momento, Marcus entendeu tudo, entendeu o motivo do desespero de Jandir. — A minha mulher tinha chegado, me trouxe um bolo, nós estávamos no pátio e ela tava falando como estavam as minhas filhas, que a minha mãe estava querendo vir me visitar, quando um dos auxiliares do plantão<sup>8</sup> disse que tava que-

.....  
<sup>7</sup> PAD: Procedimento Administrativo Disciplinar que é instaurado para apurar uma falta disciplinar do preso. Tal procedimento está previsto no Regulamento Disciplinar Penitenciário, Decreto nº 46.534, de 04 de agosto de 2009.

<sup>8</sup> Os Plantões são os líderes das galerias, são presos responsáveis pelas rotinas den-

rendo falar com ela. As suas palavras saíam entre o choro, ele não conseguia parar de chorar, a dor que sentia lançava-se, como se fossem chamas em seus olhos. — Eles levaram ela doutor, não pude fazer nada, dois outros auxiliares ficaram comigo, não deixaram eu sair de onde eu tava. Quando minha mulher voltou ela não conseguia me olhar, ela só chorava, eu perguntava o que tinha acontecido e ela não respondia, ela soluçava de tanto chorar. — Nesse momento o choro impediu que Jandir continuasse a narrativa. Marcus estava também com os olhos marejados e o seu peito estava apertado pela angústia que, certamente, era muito menor que a que Jandir estava sentindo. — Doutor, eles e ela não precisaram me falar, eu entendi o que tinha acontecido. Ela não conseguiu ficar até o final, foi embora sem me dizer nada. Depois, o plantão foi falar comigo e disse que, por enquanto, a dívida estava paga. Eu perguntei o que ele tinha feito com a minha mulher e ele riu e disse que ela tinha pagado a minha dívida. Doutor, eles estupraram ela. — Enquanto ele chorava as lágrimas e demais secreções provindas do nariz embargavam a sua voz. — Forçaram ela a transar com eles, dizendo que se ela não transasse eu ia me complicar dentro da cadeia por causa das minhas dívidas. Ameaçaram ela. Forçaram ela.

— Jandir, temos que denunciar, temos que fazer alguma coisa — falou Marcus, revoltado com aquela violência sofrida por ele e pela sua esposa.

— Doutor, parece que o senhor não conhece a cadeia — disse Jandir, agora, quase que resignado. E, realmente, ele

---

tro das galerias, isso devido a falta de estrutura de alguns presídios, superlotação e falta de agentes, como já ressaltado. Os Plantões são auxiliados por outros presos, chamados de auxiliares. Inclusive, por essas funções, eles recebem remissão da sua pena pelo trabalho, um dia de pena a menos por três dias de trabalho como plantão e auxiliares.

conhecia, sabia que se houvesse alguma denúncia a vida do Jandir e também da sua família correria risco.

— Doutor, só peço uma coisa para o senhor... peça que desligue a minha mulher como minha visitante. Não quero que ela entre mais aqui, não quero que ninguém da minha família venha aqui. Só isso. E, por favor, doutor, não fale nada, não faça nada, eu lhe contei na confiança, se o senhor falar vai ser bem pior.

— Eu entendo... — falou Marcus de forma consternada.

Jandir ficou quieto, como se estivesse tentando recobrar a calma e se recompor. Mais uma vez, Marcus respeitou o seu tempo. Depois Jandir agradeceu a Marcus e saiu da sala.

Marcus ficou ali, inerte, atônito, parado tentando digerir tudo aquilo. A carga emocional foi brutal, ele não teria condições de atender mais ninguém naquele dia. Mas, também, tinha que fazer alguma coisa, mas o quê? Depois de ficar uns cinco minutos em silêncio, resolveu ir falar com o Diretor do presídio, mas de modo a não comprometer Jandir. Precisava de alguma ideia para tentar fazer alguma coisa. E assim, dirigiu-se à sala da direção. Bateu à porta e ingressou depois de ouvir um “pode entrar”, autorizando.

— Boa tarde James!

— Doutor Marcus, a que devo a honra de visita tão ilustre? Só vem no presídio visitar os seus assistidos, não tira um tempo para tomar um cafezinho com os amigos.

— Não é falta de vontade, James, é falta de tempo, tu sabes. Marcus já conhecia James há muito tempo, bem antes de ele ser diretor.

— Mas que cara é essa, o que houve?

— Nada, o de sempre, só muito trabalho — falou Marcus sem conseguir disfarçar o abatimento. — Mas eu quero te per-

guntar uma coisa. Por acaso tu sabe se existem presos que se prevalecem com as visitas de outros presos?

— Como assim se prevalecem, Doutor Marcus?

— Abuso sexual, inclusive, sabe de algum caso?

James adotou um ar mais sério, menos descontraído.

— Bah, o que eu vou te dizer... Não é comum, a regra é que respeitem a visita, a visita é quase sagrada. Mas embora raro, eu não vou te dizer que não pode ter havido algum caso. O que eu posso te afirmar é que não existe nenhum registro. Tu sabe melhor do que eu que acontece de tudo aí dentro e a gente não tem como controlar. Às vezes, a gente vê visita de preso saindo chorando, aos prantos e não é por saudade. Até perguntamos o que houve, oferecemos ajuda e elas não dizem nada. Mas como eu te disse, isso não é comum. Por quê, sabe de alguma coisa?

— Não, só de ouvir falar. — Marcus pensou em Jandir lhe implorando para que não falasse nada. — Então tá James, tenho que ir indo, tô cheio de serviço na defensoria. Mas antes vou te pedir algo, que tu desligue uma visita de um preso. James entendeu...

Existem normas feitas pelos próprios presos que regem a vida na cadeia, uma delas e uma das mais importante é o silêncio. Não se admite delatores, a pena para delação é a morte. E todos sabem disso...

# 2

## **Um Dia para Sempre**

---

*Andrey Régis de Melo*

.....

É inusitado saber que uma data será recordada séculos depois da nossa existência. É muito estranho lembrar que, pouco depois da meia-noite, voltando do aniversário de um colega, cruzava pela Rua dos Andradas, 1925.

A noite estava abafada na região central, algo habitual para o final do mês de janeiro em nosso Estado. O telefone do plantão da Defensoria Pública, geralmente acionado para internações hospitalares, não tocou durante a madrugada.

Acordei meio desorientado no clarear de domingo. Habituava-me um sentimento ruim naquela manhã. Talvez pela noite mal dormida. Não demorou para o telefone tocar. A notícia não era boa para o início de 2013. Em instantes, entenderia a exata dimensão do 27 de janeiro.

A multidão aglomerava-se em volta do Centro Desportivo Municipal. “Seu Andrey, minha sobrinha tá aí?” Jamais esqueci o olhar daquela senhora agarrada na tela. Mães, pais, avós, tias, primos e amigos temiam a pior das notícias.

A cidade de Santa Maria, acostumada com as listas dos aprovados no vestibular, divulgava a mais terrível relação de sua história. No interior do ginásio, centenas de sonhos abruptamente interrompidos no incêndio formavam um imponderável sepulcro.

No meio da tarde, eu e o estimado André Magalhães atendemos a primeira família que necessitava de providências judiciais. Não tínhamos cabeça para fazer uma simples petição, fomos adiante, porém, acolhendo, tentando colocar as informações no papel, percebendo o eterno vazio que tomava conta do pai sentado a nossa frente.

Nas primeiras horas da segunda-feira, tomei um refrigerante numa lancheria da Av. Presidente Vargas. Voltei apressado para casa. Encontrei minha filha dormindo no berço. Abraçado à pequena santa-mariense, esgotado emocionalmente, deixei as lágrimas seguirem seu curso no silêncio da madrugada.

Os dias seguintes foram marcados por diversos atendimentos e auxílio na criação da associação dos familiares e vítimas sobreviventes. E foi numa noite de luar prateado que conheci João da Fronteira.

A mágoa e o desconsolo eram os matizes predominantes na sala da antiga reitoria da UFSM, na rua Marechal Floriano Peixoto. A reunião teve início; a discussão relacionava-se às questões jurídicas afetas à tragédia no coração do Rio Grande; falávamos sobre as providências adotadas pela DPE.

Os pais tentavam encontrar razões para o incompreensível acontecimento. As mães, num amparo emocional recíproco, buscavam forças para o primeiro passo num mundo doravante desabitado da ternura semeada pelo ventre.

João da Fronteira alcançou-me uma pasta com inúmeros retratos. As fotografias estampavam uma morena linda, olhos negros; a menina tinha um sorriso infinito que ilustrava as dezenove primaveras. Era a única filha do fronteiro. Numa senda caborteira, o desalmado destino havia estabelecido a última estação das flores para a morena.



O gaúcho contou-me sobre os planos de vida, disse sobre o apartamento recém-comprado para a filha, o regalo automotor e os sonhos da futura psicóloga. Tomou um gole d'água. Nossos olhos desaguaram numa calma sanga do pampa meridional.

Eram discretas lágrimas rumando para o leito de um rio chamado Saudade. João da Fronteira levantou-se, falou de suas andanças para os presentes. “Eu achei que tinha vivido bastante nos meus 58 anos, mas aprendi muito nos últimos trinta dias, mais do que em toda minha vida”. Todos, atentamente, escutavam. “Mas eu gostaria de receber um abraço, não sabem como é bom receber um abraço”.

João atravessou coxilhas, planuras; foram léguas de estrada para ser abraçado, parecia uma criança a rogar pelo singelo gesto de afeto. A súplica fronteira indicava uma profunda dor, não havia flores nem tardes primaveris, restava apenas o céu gris sobre o luto paterno. Quantos braços para amenizar tamanho sofrimento?

Anos depois, num almoço com o presidente da Associação das Vítimas da Tragédia de Santa Maria, revivi, tristemente, inúmeros momentos que se desdobraram a partir da madrugada do 27 de janeiro. Num certo instante da conversa, perguntei como estava o fronteiro.

O presidente disse que havia acompanhado a intensa melancolia de João durante vários anos, presenciado a duríssima luta do fronteiro contra a solidão, batalha perdida às vésperas do último Natal.

Segui perambulando pelos campos de cimento da Capital, coração inquieto, alma em aguda tristeza, tantos sonhos perdidos. Pensava sobre a sina de João da Fronteira, a perda na Boca do Monte, os anos de solidão, mas também imaginava o reencontro com a filha.

No vicejante campo celeste, João afagaria a morena em seus braços, caminhariam na imensidão azul, tocariam nas cintilantes estrelas, a estirpe fronteira de domador, finalmente, amansaria as ânsias do peito.

Lá se vão alguns anos desde o 27 de janeiro de 2013. Muito foi dito e escrito sobre a tragédia que tem a marca de ser o episódio mais triste da história sul-rio-grandense, mas nada que explicasse o indomável destino.

No século XXII, quando estivermos repousando noutra querência, nossos descendentes vão olhar para o passado, lá encontrarão a boate Kiss, buscarão, novamente, respostas para entender a coletiva e dolorosa inversão do ciclo da vida.

A tragédia de Santa Maria rompeu com a lógica de que *“só levamos os mortos conosco até morrermos; então, nós é que passamos a ser carregados por algum tempo”* (John Banville). A memória social, todos os anos, nos lembrará a madrugada de 27 de janeiro de 2013; um dia para sempre em nossas vidas e na história da Defensoria Pública.

.....

# 3

## **Doce Vitória**

---

*Caroline Mazzola Panichi*

.....

**M**eu forte e conhecido senso de justiça me levou ao Direito. Desde muito pequena lembro de buscar ser justa com as pessoas e as situações. Tenho muito orgulho de pensar que a Defensoria Pública me escolheu, e sou muito feliz com essa escolha. E naquela manhã ensolarada rumo à sede da Defensoria acreditava que seria uma sexta-feira típica, sem imaginar que aquele dia marcaria a minha vida para sempre. Nunca antes a frase que digo todos os dias para meus filhos ao sair para trabalhar, buscando amenizar a saudade, fez tanto sentido: “MAMÃE VAI SAIR PARA AJUDAR AS PESSOAS”.

Era final de tarde quando uma senhora desesperada entra na sede da Defensoria. Precisava de uma transferência hospitalar para a neta que acabara de nascer. Chegar em uma UTI neonatal era sua única chance de sobreviver. Ela senta à minha frente e eu pergunto o nome da bebê. Ainda não tinha, não houvera tempo de pensar sobre isso. Gravidez de risco, parto precoce, vida por um fio. A gravidade da situação era tanta que não houve espaço para pensar em um nome. Digo que preciso do pai para ajuizar a ação, a mãe obviamente estava no hospital com a filha. Desconhecido. Algum documento que comprove o parentesco entre avó e neta. Não havia tempo para buscar. No segundo seguinte, fico em silêncio pensando

como ajuizar aquela ação de forma que fosse eficaz para salvar a vida daquela pequena guerreira. Nesse momento, a avó segura as minhas mãos com firmeza e diz: “DOUTORA, EU JÁ PERDI UM NETO PARA ESSA DOENÇA, EU NÃO VOU PERDER A MINHA NETA”. Os olhos cheios de lágrimas cravaram firmes o olhar nos meus. E naquele instante senti a dor e a angústia daquela avó e tive certeza de que no que dependesse de mim e de todos os que estavam na Defensoria naquele dia, o direito à vida seria assegurado àquele pequeno anjo. A luta daquela senhora, daquela família, passou a ser minha, ser nossa. Enquanto a bebê lutava pela vida, cada um de nós ali faria de tudo para que sobrevivesse. E assim comecei a digitar... RECÉM-NASCIDA DE MARIA, NESSE ATO REPRESENTADA POR SUA AVÓ MANUELA...

Em minutos, a petição inicial foi finalizada, mas ela ainda precisava chegar à cidade vizinha, seu destino final. Eram quase seis horas da tarde, e o juiz plantonista estava em uma cidade ainda mais distante. Nada era eletrônico naquela época. Enquanto a petição inicial seguia seu destino, liguei para o juiz da cidade vizinha, sabendo que tinha sensibilidade suficiente para entender a urgência do caso. Minha esperança era que despachasse, mesmo fora do horário e não remetesse para o plantão, pois a demora poderia custar a vida da bebê, e isso não era uma opção. Como Defensora, sei que uma decisão favorável no tempo certo é muitas vezes a diferença entre vida e morte em ações de saúde.

Como somos cercados de anjos pelo caminho, o juiz esperou, e não só despachou de forma favorável, como encontrou um hospital na Capital para receber a recém-nascida. Estava renovada a esperança que aquela avó que me olhou nos olhos precisava, que a mãe necessitava e que a pequena merecia. Os dias seguintes pareceram intermináveis, todos na Defenso-

ria estavam apreensivos e ansiosos por boas notícias. Enfim, aquela bebê que ainda não tinha nome, mas tinha força e luz, foi salva!

Tempos depois, aquelas três grandes mulheres entraram na Defensoria para nos visitar e agradecer. Avó tranquila, mãe alegre e a pequena Vitória sorridente e linda, mas principalmente saudável. Diante daquela cena extraordinária, sorri de volta grata por reafirmar naquele momento meu propósito: SAIR DE CASA TODOS OS DIAS PARA AJUDAR AS PESSOAS!

# 4

**Dona Zilá**

.....  
*Cassandra Sibemberg Halpern*



.....

O tempo passa, mas as melhores lembranças ficam.  
Era junho de 2002. Uma sexta-feira de junho fria e chuvosa. Eu tinha pouco mais de quatro meses de carreira.

Por volta das 17h, chegou à Defensoria Pública de Novo Hamburgo uma senhora solicitando atendimento urgente.

Na época não tínhamos portal e nem cadastro ou registro dos nossos assistidos. Mas imediatamente reconheci a dona Zilá. Era a quinta vez que ela aparecia, muito triste e chorosa, e mais uma vez necessitava de uma ordem judicial para tirar o marido de casa.

Na época, ainda não existia a Lei Maria de Penha, e eu já havia ajuizado outras quatro ações cautelares para afastamento de seu marido do lar. Era um senhor agressivo e alcoólatra, que a agredia física e verbalmente.

Dona Zilá já havia obtido êxito nas outras cautelares, e todas foram cumpridas com sucesso, e o marido afastado do lar. Mas pouco tempo após o afastamento, ela acabava permitindo o retorno do marido para casa, sob novas promessas de amor eterno e paz conjugal.

Feito o quinto pedido de cautelar de afastamento, subi com a petição inicial em mãos, para conversar com a magistrada.

Deferida a medida urgente, dona Zilá, mesmo com o rosto machucado pelo último soco levado, esboçou um sorriso, me abraçou e agradeceu.

Resolvi então convencê-la a não mais ceder. Ela me perguntou: “Mas doutora, se ele aparecer de novo, o que eu faço?” Imediatamente respondi: “A senhora se defenda, dê umas vassouradas, umas paneladas nele, mas não permita que volte para casa”. Informei a ela meu telefone celular, dizendo que podia me chamar quando precisasse. Ela foi embora já acompanhada do Oficial de Justiça que cumpriria a medida.

Na madrugada seguinte, meu celular tocou. A pessoa identificou-se como Delegado Plantonista da Delegacia de Homicídios de Novo Hamburgo. Relatou-me que haviam prendido em flagrante, por tentativa de homicídio, uma senhora que havia dado sete facadas no marido. Segundo o Delegado, ao ser levada para a delegacia, a acusada disse que estava seguindo os conselhos de sua defensora: “Eu não podia deixar ele voltar, e como precisava me defender, dei as facadas nele”. E eu gelei.

Esclarecidos os fatos, passados alguns meses, dona Zilá apareceu novamente na Defensoria. Carregava um bolo de milho e um saco de panos de prato.

Disse-me que daquela vez não estava lá para pedir nada, apenas para agradecer. Me contou que o marido, recuperado das facadas, fugiu do Hospital e nunca mais apareceu. E ela me disse: “Doutora, a senhora salvou a minha vida!”.

Voltei para casa com um bolo delicioso, alguns panos de prato e a certeza de que havia escolhido a profissão certa.

# 5

## **O Defensor e a Velha Senhora**

---

*Cristiano Vieira Heerd*

.....

**E**ra agosto. Chuvoso. Frio. Dirigia confortavelmente meu carro, em Montenegro. Com fome, mal podia esperar o churrasco que comeria em seguida com amigos. Na manhã seguinte, atenderia meus sofridos assistidos, em fila, como se esperassem um prato de sopa, e apenas ansiavam por Justiça. Vinte horas, marcava o relógio. Durante o trajeto, passei em frente ao prédio descascado da Defensoria Pública. Vi um corpo pequeno, mirrado, enrolado num resto de cobertor, sentado numa cadeira de praia. Era uma senhora. Idosa, mas incansável. Parei o carro e lhe perguntei o que fazia ali sentada. Respondeu-me que queria uma ficha para o “doutor”. Precisava remédios para o filho doente. Pedi a ela que fosse embora e retornasse no dia seguinte. Não pude conter as lágrimas.

Dezenas de pessoas se deslocavam todas as semanas para a sede da Defensoria Pública de Montenegro, no edifício Marangoni, na esquina das ruas José Luiz e Capitão Cruz. Dividíamos o andar de cima com o Conselho Tutelar. Era o destino perfeito para pessoas e famílias com problemas de toda ordem. Vinham de vários municípios que eram abrangidos pela comarca.

O mais distante, Salvador do Sul, berço de imigrantes alemães, fica na Serra Gaúcha. Certo dia apareceu um jovem

senhor, com sotaque alemão bem carregado. Estava desesperado. Era de Salvador do Sul, da Linha Comprida, uma escondida e tranquila localidade rural.

Reclamava que o vizinho havia colocado uma cerca na divisa das terras, impedindo o seu acesso à única estrada pela qual escoava a produção de acácia, produto forte na região. Eu pouco pude compreender do que ele me falava durante o atendimento, pois ele misturava o português com um carregado sotaque alemão. Era confuso. Não teve jeito. No dia seguinte peguei o carro, subi a serra e fui vistoriar o local, para entender o que se passava. Voltei com o carro carregado de mel, queijo e salame. Recusar aquele presente seria uma ofensa imperdoável. O carro ficou enlameado, mas a confusão se desfez quando cheguei ao local. Eu precisava entrar com uma reintegração de posse, pois o vizinho fechara com arame a servidão de passagem que era utilizada há mais de 20 anos para que a família do meu assistido transportasse o seu produto mais valioso: a acácia.

Nosso escritório, no centro de Montenegro, ficava perto do Rio Caí. O rio era implacável nos meses mais chuvosos, como agosto, e a época de cheias castigava a população ribeirinha. Castigava também os assistidos que aguardavam na calçada pelas tão esperadas “fichas de atendimento”.

Quando o rio permitia, e não eram necessários barcos e botes para transitar pelas ruas do centro, e o nível não era tão alto, era comum ver as pessoas com sacos plásticos nos pés, na fila, esperando atendimento, tentando se proteger das águas turvas do Caí. Uma cena sempre cinza, triste e melancólica. Anos depois, o escritório foi transferido para o fórum da comarca, no bairro Timbaúva, em local mais alto e mais protegido.

Na manhã seguinte àquela noite chuvosa de agosto, a velha senhora estava novamente na calçada, junto a outras tan-

tas pessoas que necessitavam o braço amigo do Estado, o braço defensor. Muito cedo havia levantado para buscar o atendimento prometido. Para buscar um remédio para a doença de seu filho. Um remédio para sua angústia. Ao ser atendida, deu-me um abraço carinhoso, esboçou um sorriso e foi embora, na esperança de que aquela espera valeria a pena, valeria a vida de seu filho!

# 6

## **A Realidade é Pura Fricção**

---

*Domingos Barroso da Costa*



.....

Tarde chuvosa e fria de uma sexta-feira de julho, no interior do Rio Grande do Sul. Cinco e meia da tarde, expediente por terminar, estagiário fazendo a carga em meio a uma tranquilidade incomum, se considerada a rotina da Defensoria Pública naquela comarca. Já imagino o uísque caindo no copo ao som daquele samba do Vinicius e quase caio da cadeira com o grito de “Doutor!” do sujeito que entra apressado, sem bater, trombando no balcão da sala apertada que ficava antes da porta giratória do fórum.

Enquanto me esforço para regressar do devaneio músico-etílico, olho para o estagiário, que, com o susto, deixou a cuia com mate quente cair em seu colo, o que produziu uma estranha e frenética dança, algo entre a chula e o flamenco. Balbucio para ele ir se limpar enquanto tento sair de vez daquela cena surreal e, voltando os olhos para o cidadão que entrara havia pouco no gabinete, vejo que ele chora copiosamente, tentando superar os soluços para me dizer alguma coisa.

“Doutor, eu tenho um problema!”, desembuchou, enfim, o vivente. “Mas o que eu tenho para lhe dizer, só posso fazê-lo no particular...”, no que olhou de soslaio para o estagiário, paralisado, boca semiaberta, rosto em brasa, pernas arqueadas, braços e mãos em posição de duelo de faroeste.

“Maicon!”. Nada. “Maicon!”, chamei mais alto, o suficiente para retirar o estagiário do transe. “Nos dê licença, por favor. Aproveite para se enxugar.”

“Sim, doutor.”, respondeu Maicon, com uma contração de boca que indicava ter ele se lembrado da bombacha encharcada e das partes escaldadas.

Enquanto saía, com as pernas abertas e os braços e mãos afastados do corpo, o assistido o acompanhava, já chorando menos, com os soluços mais espaçados e o boné entre as mãos calejadas.

“Nossa, parece que o guri se machucou...”, disse, logo após conferir se o estagiário estava longe e fechar, por si mesmo, a porta do gabinete.

Terminados seus procedimentos de vigilância e fiscalização, limpou o nariz na manga da blusa de lã, passou para a parte de dentro do balcão sem maiores cerimônias e se sentou na cadeira à minha frente, diante da mesa.

“Doutor, eu tenho um problema...”, repetiu, enquanto olhava mais uma vez para trás.

“Sim, senhor... qual é mesmo o seu nome?”, perguntei.

“Simão... Simão Bacamarte Vigotski.”

“Senhor Simão, muito prazer. Meu nome é Domingos Barroso da Costa e sou Defensor Público. Em que posso ajudá-lo?”.

“Pois é, seu adevogado... o negócio é o seguinte, eu moro em Capelinha do Sul e... e... e...”.

Mais uma crise de choro e soluços incontidos, que levaram o Sr. Simão a se levantar, dar a volta na mesa e me dar um abraço apertado. Enquanto tentava acalmar o assistido e retirar minha cabeça de seu sovaco, pude ver Maicon olhando tudo pela porta de vidro, afastando-se assustado assim que percebeu que eu o via.

“Acalme-se, Sr. Simão. Sente-se.”

Puxando a cadeira para o meu lado, sentou-se novamente.

“Senhor adeogado... vou direto ao ponto... É o seguinte, enquanto eu saio para trabalhar na lavoura, minha mulher me trai. Olhe como ela é bonita!”, disse, sorrindo e retirando da carteira dois retratos de mulheres diferentes.

“Essa é minha mulher e essa outra, minha filha, Miss Capelinha do Sul!”, apontou o Sr. Simão, com um sorriso orgulhoso, desprovido de um canino e de um incisivo superiores.

Nova crise de choro e soluços. Novo abraço com encaixe crânio-sovaco.

“Calma, seu Simão... Calma...”, disse usando as mãos para assegurar uma distância confortável.

“Sente-se e me conte direito o que está acontecendo.”

Esfregando os olhos e o nariz com a manga da blusa, tomou um fôlego e prosseguiu.

“Então, doutor... Ela me trai todos os dias enquanto estou na lavoura e isso já é assim há muito tempo... gostaria de saber se devo me divorciar.”

“Escute, seu Simão, eu não sei se o senhor deve se divorciar, mas se o senhor quiser se divorciar nós podemos cuidar disso.”

“Mas eu amo aquela diaba, doutor! E você viu como é bonita a *demonha*?”. E novamente tirou a foto para me mostrar, orgulhoso da beleza da esposa, mãe da Miss Capelinha do Sul.

Vejo a foto e, tocado pelo desamparo amoroso daquele senhor diante de mim, elogio a dona *demonha*, pedindo a ele que prosseguisse no relato. Nisso, levantou-se o senhor Simão, tomando ares de orador, dedo indicador em riste.

“E o senhor não sabe, doutor adeogado, mas ela me trai há muito tempo e com muitos. O senhor não sabe quantos!”.

Encarou-me com os olhos fixos, como a pedir que eu lhe perguntasse o número dos algozes.

“Pois, então, senhor Simão... Quantos foram?”. Girando sobre os calcanhares, Simão ficou de costas pra mim e, de cabeça baixa, lamentou murmurante: “69...”.

Nesse momento, tive a impressão de um rápido cochilo em pé, um devaneio, em que o 69 me veio à cabeça junto com um copo de uísque, o samba, a dona *demonha* e a Miss Capelinha do Sul... Despertei com uma discreta sacudida na cabeça, com o que tentava dispersar as imagens que me tiraram momentaneamente do ar. Em dúvida se tinha ouvido aquele número ou se tudo não passava de uma sugestão inconsciente, perguntei: “Com quantos mesmo, seu Simão?”.

Vendo que atraíra minha atenção, levantou a cabeça e, mantendo-se de costas para mim, olhando de lado, repetiu, após profundo suspiro: “69, doutor...”.

Estranhei aquele número, tão exato, tão rico... e, afinal de contas, porque 69 é gente pra caramba. Enquanto pensava naquilo, flagrei o Maicon na meia-jota e de orelhas em pé logo atrás da porta de vidro. Assustado com minha cara de poucos amigos, sumiu de novo.

Retomei o foco na conversa e quando ia fazer outra pergunta ao senhor Simão, ele se antecipou.

“E o pior o senhor não sabe, doutor...”, disse com ar de mistério, olhando-me enquanto se acomodava na cadeira, as mãos sob o assento, como que ali se segurando para não cair.

“Diga, senhor Simão, o que é o pior?”.

“O pior é que ela só faz isso com gente importante, a *demonha*. A *mundiça* tava de safadeza com o prefeito, o vereador Toinho, o sargento Melo, o adevogado, aquele rico, Dr. Cristiano, o sanfoneiro Marengo, aquele médico de senhoras, o se-

nhor deve conhecer, o Dr. André... tem também o veterinário, Dr. Rafael...". Interrompi, antes do décimo.

"Não precisa me dizer de um por um, senhor Simão...".

Outra crise de choro, dessa vez sem abraço com encaixe crânio-sovaco.

Aquela história tinha algumas pontas soltas e, enquanto esperava passar a emoção, pensava naquele número, o 69, na Miss Capelinha do Sul, na dona *demonha*, naquele uísque doze anos, "tantas você fez, que ela cansou porque você rapaz"...

"Doutor!".

Quase caí da cadeira com o grito do senhor Simão, que me interrompeu o devaneio que incluía a "Regra três", do Vinicius.

"Diga, seu Simão."

"Mas o pior mesmo eu ainda não te falei...", disse-me com um olhar faceiro, verificando novamente a sala, para atestar nossa solidão e, assim, poder me contar seguramente o maior dos segredos que tinha para aquela tarde.

"O que pode ser ainda pior, seu Simão?".

"Doutor, o senhor não sabe quem me contou tudo isso...", disse, olhando-me com olhos brilhantes, quase infantis.

"Quem, senhor Simão? Quem te disse tudo isso?".

"Foi o homem invisível, doutor... Ele sempre fala comigo quando eu passo naquela lomba que tem na Av. Júlio de Castilhos, perto da farmácia...".

Nesse momento, eu já não ouvia nada, pensando em como poderia interferir sem danos naquele delírio, inclusive para preservar a dona *demonha*.

"Eu mato aquela desgraçada!", gritou seu Simão, despertando-me de mais um devaneio e assustando o Maicon, que nos ouvia do outro lado da porta.

“Espere, senhor Simão... Calma...”.

“Eu mato... Já não quero divórcio! Eu quero o sangue da *demonha!*”, gritou, levantando-se abruptamente da cadeira, com os olhos vidrados e o indicador apontado para o teto.

Pensando no que fazer, também me levantei, derrubando os autos de um processo-crime que estava na minha mesa. Quando me abaixei para pegá-lo, vi que era um caso de estelionato que ficou famoso na cidade. Deixei o processo no chão, sentei-me calmamente e calmamente me dirigi ao seu Simão, com ares de camaradagem.

“Seu Simão, me diga: o senhor confia nesse homem invisível? Porque veja bem: um sujeito que aparece e some na hora que quer não pode ser confiável, concorda?”.

Interrompendo os movimentos bruscos, Simão Bacamar-te fixou os olhos em mim, sentou-se lentamente e, passados alguns minutos, tirando a mão do queixo e levantando os olhos, disse-me: “Pior... sabe que o senhor tem razão? Nunca tinha pensado nisso..., mas é verdade. Se ele fosse confiável, por que apareceria e desapareceria só naquela lomba da Júlio de Castilhos? Nem nunca me procurou pra mais nada...”. Deixou a frase solta e foi a vez dele devanear, com direito a caretas e gestos que indicavam um intenso debate consigo mesmo.

Após dar de ombros, levantou-se e, com um largo sorriso, me estendeu a mão, agradecendo o atendimento. O relógio marcava sete horas.

Saiu pela porta, colocou o boné e, em seguida, entrou o Maicon, apressado, mudo, com os olhos arregalados. Olhou pra mim, catou a mochila da mesa, despediu-se com um movimento de cabeça e foi pra faculdade.

Passado o final de semana, chegando à Defensoria na segunda pela manhã, uma senhora que não me era estranha já

me esperava, sentada no banco de madeira colocado ao lado da porta.

Pedi que aguardasse um pouco, abri o gabinete e ajeitei as coisas. Faltando dez minutos para as nove, Maicon chegou e se acomodou.

Fui até a porta e convidei-a a entrar.

Sentada de frente pra mim, relatou que havia meses que o marido andava muito estranho, desconfiado e se dizendo perseguido por algumas autoridades da cidade em que moravam, Capelinha do Sul, dentre elas o prefeito e o sargento.

Era a dona *demonha*. Queria se divorciar.

Após orientá-la quanto à documentação necessária e definirmos o dia do retorno, ela se foi, cabeça baixa e olhos marejados. Uma senhora bonita, mas visivelmente marcada pelas dificuldades da vida.

Sentei-me novamente e, enquanto fazia a carga, sorvendo um mate, Maicon me olhou sério e filosofou: “É, doutor... Bem que dizem que a realidade às vezes mais parece fricção.”

E não é verdade?

# 7

## **A Primeira ACP e a Globo**

---

*Eduardo Marengo Rodrigues*



.....

**E**m breves penadas, pretendo contar o ajuizamento da primeira ação civil pública da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul – e suas circunstâncias. O ano era 2007. O palco: a longínqua, aprazível e pacata Giruá.

Antes atuando por alguns anos em comarcas do interior apenas por designação, Giruá foi minha primeira comarca de classificação. Na acolhedora cidade missioneira, aportei em dezembro de 2006. Trânsito autorizado pela administração superior, chegando o veículo da transportadora com os móveis e badulaques, em um sábado, já o primeiro imprevisto: o cão, um schnauzer miniatura, protagonizou a clássica “fuga da mudança”. Correria e peregrinação pela vizinhança. Precipitou-se o contato com os lindeiros. Ninguém vira o bibelô familiar. Aliás, estava me parecendo que a reculuta pelo nome da raça não lograria êxito. Invoquei meus conhecimentos de pelagem equina e saí indagando: “viram um cachorrinho ‘lobuno’”? Logo um grupo de trabalhadores da construção civil me apontou a direção e, em breves instantes, o fujão e fiel companheiro estava murado em sua novel moradia. Talvez amizades caninas tenha feito em seu périplo...

O segundo dia na comarca foi marcante e inesquecível. Naquele domingo, o Sport Club Internacional sagrou-se cam-

peão do Mundo com o selo da *Fédération Internationales de Football Association*.

Prenunciava-se alvissareira a vida na pequena comarca. E foi.

Giruá, cidade missioneira de menos de vinte mil habitantes, é composta de cidadãos simples – na melhor carga semântica elogiosa que o verbete encerra – e acolhedores. Lá fiz amizades que ainda conservo. Não esqueço as palavras de despedida, um tempo depois, da dupla de irmãos fígaros que periodicamente me recebiam para aparar a barba e, por vezes, somente para uma prosa futebolística ou de fatos do cotidiano: “Doutor, que Deus lhe acompanhe na nova comarca e lhe mantenha essa simplicidade no trato”. Esse talvez tenha sido um dos maiores elogios que ainda hoje me faz jactância: a simplicidade.

E a primeira ação civil pública? Já conto!

Pois bem, instalado com a família no bairro Hortêncio, próximo aos cemitérios da cidade e de um parque ricamente arborizado, tive a ventura de vizinhar, quase de frente, com o senhor José de Abreu. Típico gaúcho missioneiro, era assador de primeira. Nos finais de semana, amiúde aceitava meus convites, atravessava a rua e me preparava magníficos churrascos. Aliás, na pequena urbe fui aquinhoado com a visita de diversos colegas da região e de Porto Alegre, em várias oportunidades, quando pudemos comprovar a excelência dos cuidados com o preparo da carne pelo vizinho e amigo José de Abreu. Para não cometer injustiças, abstenho-me de nominar os colegas amigos que me afortunaram com as visitas, mas foram muitos e frequentes.

Ainda em regozijo pelas amizades interioranas; ocasião que me deixou efusivo foi quando um grupo de amigos de Panambi, minha anterior comarca em que designado, excur-

sionaram em um micro-ônibus para visitar-me e experimentar o churrasco bem preparado por meu vizinho/amigo.

A esta altura, o leitor que até aqui chegou e não se entediou com o prosaico relato, há de imaginar que só de churrasco se vivia no *J'erivá*. Não! Ali também havia uma peixaria bem fornida, com a qual fiz avença verbal de receber peixes de criatório toda sexta-feira à tardinha. O final de semana iniciava com lambaris fritos e pão líquido – *cerevisia malorum divina medicina*.

O paciente leitor, creio, deve estar a imaginar que só de gastronomia e prazeres comensais era feita a vida do defensor público interiorano. Ledo engano. A faina era árdua e volumosa. Não havia servidores. Poucos estagiários voluntários. Não havia sede institucional. Trabalhava-se sob o senhorio predial do Poder Judiciário. E laborava-se muito – nisso não diferimos hodiernamente.

O defensor público classificado em Giruá tinha por atribuição cumulativa o atendimento, por deslocamento semanal, à comarca de Guarani das Missões. A chamada “capital polonesa no Brasil”, pequena cidade missioneira que, venturosa, cedeu à Defensoria Pública o valoroso colega Waldemar Menchik Júnior, dileto amigo.

Veza por semana, deslocava-me a Guarani das Missões, comarca onde 90% da população, de pouco mais de oito mil habitantes, compõem-se de descendentes de poloneses. Curiosidade pouco sabida é que a pequena Guarani fornece, em nível mundial, globos “da morte” para atividades circenses, com metalúrgicas especializadas em tal fabrico. Ali também fiz amigos. Assola-me a memória fato pitoresco quando, em meu primeiro dia de deslocamento, prometi à esposa voltar, ao fim do dia, com “doces poloneses”. Acreditava que iria consegui-los em alguma confeitaria, mas não os encontrei. Pere-

grinei pela cidade e não logrei adquirir os “doces poloneses”, situação que me fez descumprir o prometido e hoje integra o pequeno anedotário familiar.

Ambientado em Giruá e Guarani das Missões, desfrutando da qualificada vida interiorana e laborando com afinco, sempre pensava em que se poderia alcandorar a Defensoria Pública. Os tempos eram outros. A autonomia, recém-chegada. Os recursos materiais, mínimos. Nós, defensores do primeiro concurso, ombreando forças com os valorosos colegas que nos precederam e criaram a Defensoria Pública, arduamente laborávamos com pouca infraestrutura, com dificuldades, mas sempre com o desiderato de elevar a Instituição à efetiva paridade de armas.

Virado o ano, em janeiro de 2007, sobreveio a Lei n. 11.448, que modificou a precedente de n. 7.347/85, a Lei da Ação Civil Pública, inserindo entre os colegitimados a Defensoria Pública. Tal alteração legislativa foi a mais importante, em sequência da alteração constitucional que concedera, três anos antes, a autonomia à Instituição.

Neste ponto, finalmente, passo a contar sobre a propositura da primeira ação civil pública da DPE/RS, na comarca de Giruá, em fevereiro de 2007. Rogo vênha jactar-me do feito. Aos fatos.

O transporte escolar, no âmbito deste Estado, era, e ainda o é, prestado de forma colaborativa, mediante convênio entre o Rio Grande do Sul e os Municípios. Naquelas férias escolares de 2006/2007, os municípios, entendendo que havia grave desequilíbrio econômico/financeiro nos convênios, anunciaram que não os renovariam e não prestariam transporte escolar aos alunos da rede pública de ensino estadual. Continuariam a prestar, todavia, aos alunos de suas próprias redes de ensino municipal.

A notícia tomou as mídias do Estado. E as famílias começaram a aportar à Defensoria Pública, tanto em Giruá quanto em Guarani das Missões. Com efeito, o transporte escolar no interior é condição imprescindível ao estudo, haja vista que, notadamente nas Missões e na Fronteira, as distâncias são longas. Sem o transporte escolar, exatamente as crianças de famílias menos aquinhoadas – o público-alvo da Defensoria Pública, à guisa da legitimidade material – seriam as mais penalizadas. Aliás, as excepcionalidades sempre castigam os mais fracos. Essa pandemia da Covid-19, que ora assola o mundo, bem demonstra que, na crise, são os menos afortunados que mais sofrem consequências.

E as famílias batiam a indagar e clamar por socorro na Defensoria Pública, em fila em frente ao prédio do Foro de Giruá, onde laborávamos no primeiro andar.

Pensei: a novel legitimação para a ação civil pública haveria de ser panaceia. No dia seguinte ao ter recebido os pais preocupados, desloquei-me a Guarani das Missões. O trajeto foi o palco do engendramento cerebrino. Dirigindo e em *cogitatio* a manejar a ACP. Retornando da comarca de deslocamento, já caindo a noite nas plagas do Comandaí, adentro à residência e vou direto ao labor. Não se poderia esperar. Pesquisas e pesquisas. A ação civil pública era absoluta novidade institucional, conquanto já houvesse precedentes pela Defensoria Pública da União e de alguns estados. Aqui, era inédita na vigência da recente legitimidade. Anunciavam-se as “barras do dia” quando a ação estava pronta – linhas jurídicas deixo de transcrever aqui, porquanto posteriormente a essa pioneira, sucederam muitas outras, por brilhantes colegas, assaz superiores em conteúdo e forma, apesar de o propósito desta história não ter escopo técnico, mas de informação e entretenimento.

Manhã seguinte, ação no prelo, lembrei-me de uma lição de meu saudoso progenitor: “a galinha põe o ovo e cacareja em anúncio”. O feito, que alvitrava resolver o grave problema do transporte escolar das crianças hipossuficientes, deveria ser anunciado e publicizado. Não para gáudio pessoal, mas para mirificar ainda mais a Defensoria Pública deste Estado. Com efeito, nossa Instituição ocupa hoje *status* político-administrativo muito superior ao de duas décadas atrás. E isso foi alcançado com o trabalho qualificado e incansável não de um ou de outro, mas do conjunto de colegas que destacam suas fainas. A soma dos trabalhos é que construiu a Defensoria Pública que hoje existe e que a manterá ou erguerá ainda mais em seu patamar institucional. Jacto-me de ter colaborado com essa primeira ACP na comarca de Giruá. Estendo loas aos colegas que somam forças.

A publicidade do fato era necessária, pois. Telefonei para a sucursal regional da mais importante rede de televisão nacional e anunciei que a Defensoria Pública ingressaria, naquela manhã, com ação civil pública colimando garantir o transporte escolar das crianças. Asseverei que apenas relatava o fato para que avaliassem eventual interesse jornalístico. Surpreso, recebi a informação da jornalista de que não apenas tinha tal interesse como me consultava se poderia postergar o ajuizamento para a primeira hora da tarde, daquele mesmo dia, pois pretendia deslocar-se a Giruá e gravar imagens do ato de protocolo. Assenti com o breve adiamento e restou acertado o ajuizamento às 13h30.

Para não tomar de inopino os serventuários da distribuição, amigos da Defensoria Pública, avisei-os de que haveria a filmagem do ato do ajuizamento.

Em digressão final, calha historiar que os defensores públicos que laboraram, ou laboram, em prédios do Foro, usual-

mente o fazem no primeiro andar. É também costumeiro que, neste pavimento, situem-se a sala dos Oficiais de Justiça e a distribuição. Daí porque sói ocorrer de estabelecer-se amizade entre defensores públicos, meirinhos e distribuidores. Dentre o queridos amigos de Giruá, destaco os Oficiais de Justiça da família Gregori, que nos cedeu a escol defensora Morgana.

Servidores da distribuição avisados, recebi a repórter e a gravação foi realizada. O amigo distribuidor, percebi, engendrou até algumas gesticulações não naturais e assumiu ares cinematográficos. ACP protocolada, a matéria jornalística – que inicialmente se imaginava de interesse apenas regional – mereceu veiculação e destaque inclusive na edição estadual do jornal televisivo daquela noite. Pouco mais tarde, orgulhoso recebi o telefonema da Defensora Pública-Geral do Estado da época, colega Maria de Fátima Záchia Paludo, em prolaças ao feito.

No dia seguinte, a liminar postulada na ação civil pública fora concedida determinando o restabelecimento do transporte escolar. Estava assentado mais um tijolo no crescimento da Instituição e, principalmente, resolvido grave problema na vida escolar das crianças hipossuficientes, vulneráveis por definição.

À tarde, investindo no corredor do Foro, diviso e aceno ao amigo distribuidor que participara da gravação, o qual lasca a pergunta: “Viu o jornal das 19h? Que tal nós na Globo, hein, doutor?”

Ah, saudade de Giruá!

# 8

## **Causos de um Defensor Público**

---

*Fábio Luís Mariani de Souza*



.....

Corria o inverno do ano de 2034, uma manhã fria, mas com um sol luminoso e aconchegante, típico da estação. Na localidade chamada *Pé de Galinha*, no município de Santo Antônio da Patrulha, um simpático senhor sexagenário, recém-jubilado, dirige-se para sua rotina matinal, com uma cuia de mate bem cevado numa mão e sua garrafa térmica colorada na outra.

Porém, aquela não seria apenas mais uma manhã rotineira, o dia alvorecera com um brilho especial: seu neto Bento chegara na noite anterior para passar as férias com os avós. Como sói ocorrer, os progenitores não se continham de alegria e encantamento, ela a faxinar e enfeitar a si e ao lar, preparando quitutes deliciosos, ele por sua vez, correra a banhar-se e afeitar a barba, vestindo-se com a roupa domingueira, ambos colimando se porem aos olhos do menino com aparência simpática, jovial e astral elevado.

Sentaram-se ambos – avô e neto – naquele cantinho mais aprazível da varanda do segundo piso, donde podiam vislumbrar toda a bela paisagem do lugar, entre flores, folhagens, pássaros e montanhas verdejantes. Ali, entre um gole e outro do mate, bem instalados e acolhidos pelo local e pelo encanta-

mento do momento, puseram-se a prostrar com a intimidade e a cumplicidade que só possuem os velhos amigos.

O netinho, empolgado com o início das férias e com a liberdade e o carinho que os avós lhe emprestavam, soltou o verbo a comentar sobre seus estudos, sua escola, os amiguinhos, as namoradinhas, seus passatempos preferidos e tudo o mais quanto importa a um menino pré-adolescente.

O avô, a seu turno, ouvia com muita atenção e alegria os relatos do menino, sempre detalhados e perpassados de muita empolgação e vivacidade. Os olhos de ambos brilhavam e era mesmo singular e tocante a energia daquele instante.

Lá pelas tantas, quando a garrafa d'água já estava quase vazia, e a voz do rapazinho já falhava de tanta charla, deu-se conta de que o velho quase nada falara, apenas se dedicava a escutá-lo com um leve sorriso no rosto, já vincado pelos anos, e os olhos marejados de emoção e contentamento.

— Vovô! — disse ele num impulso — já tomamos quase toda a garrafa do chimarrão e até agora praticamente só eu falei. Está na hora do senhor falar um pouco sobre você; sua nova vida de aposentado em sua cidade natal; seus amigos; sua saúde, a rotina com a vovó...

— Ah filho, o vô é assim mesmo, “meio quieto”, como diz tua avó. Prefiro ouvir mais do que falar, e é bem por isso que Deus nos deu duas orelhas e uma boca só, hehehe! Ademais, estava prestando atenção nas tuas histórias. Você é um garoto esperto, simpático e cheio de vida, faz-me lembrar muito de mim na sua idade.

— Tá bom vô! Mas então eu já sei o que vamos fazer: vou pedir para a vovó ferver mais uma garrafa d'água, o senhor renova a erva e vamos conversar sobre os casos mais interessantes que você teve em sua carreira na Defensoria Pública. Devem ser muitos, mas temos tempo porque ainda falta bas-

tante para o almoço. Desta vez sou eu quem vai ouvir com muita atenção, como o senhor acabou de me ensinar.

— Então, estamos combinados! Às vezes também gosto de “soltar a língua”, especialmente para contar os casos da profissão que abracei com muito amor e dedicação. E eles são muitos e verdadeiros! Vamos fazer o seguinte: vou contar a cidade e detalhar as situações, porém, vou omitir os nomes para preservar os personagens, apesar dos longos anos já transcorridos.

— Legal! A água nova já chegou e ainda temos bastante tempo até que a vovó nos chame para comermos. Serei todo ouvidos!

— Pois bem — disse o empolgado senhor — vou tentar “puxar pela memória” para te contar alguns casos verdadeiros, os quais considero bem pitorescos e que acredito que você vai gostar...

— Certa vez, em Osório, tivemos que ressuscitar uma moça que estava sumida, havia sido declarado morta, mas que depois reapareceu!

— Uau! — exclamou o rapazote — mas como foi isso?

“Bem, a ‘falecida’ era uma moça de uns 20 anos, que tinha problemas mentais e para complicar o quadro, ainda usava drogas e se prostituía. Nós já atendíamos a família há tempos para adquirir remédios e para interná-la nos momentos de surto psicótico. Sua mãe era muito diligente e usuária habitual dos nossos serviços, representando os interesses da filha.

Naquela ocasião, porém, a situação apresentou-se de forma inabitual. A genitora adentrou ao escritório da Defensoria Pública – que ainda era dentro do prédio do Fórum – bastante nervosa e alegando que se tratava de uma situação de urgência.

Não era dia de atendimento, mas abrimos a exceção que o caso requeria e passamos a ouvi-la, eu e meus colegas, porquanto nem repartição e nem gabinetes a sala possuía.

A assistida, ainda trêmula, passou a relatar que sua filha estava sumida há três dias e que ela estava temendo pelo pior. Queria nossa ajuda. Assim, a aconselhamos que fosse à Delegacia de Polícia e comunicasse o desaparecimento da rapariga. Ela, então, um pouco mais calma, dirigiu-se àquele órgão para efetuar o registro de ocorrência.

Passados mais dois ou três dias, a aflita senhora nos liga para dizer que os policiais haviam encontrado um corpo e a estavam contatando para que fosse ao IML realizar o reconhecimento da vítima. Afirmou, ainda, que estava muito ansiosa e que mandaria sua outra filha para efetuar o possível reconhecimento, pois ela não iria de jeito nenhum.

No dia seguinte, novamente a genitora bate à nossa porta, desta vez mais abatida, chorosa e sob o efeito de calmantes, revelando que sua filha havia reconhecido o corpo da irmã desaparecida. Disse que apesar do medo e do nervosismo, a filha mais velha a tinha reconhecido pelos tênis e pelos anéis da mão, pois não fitou muito o corpo, que já estava em decomposição.

Ademais, ela queria saber quais seriam agora os procedimentos para o registro de óbito tardio. Informamos que provavelmente as cópias do Inquérito Policial contendo a comunicação do desaparecimento, somado ao termo de reconhecimento do corpo seriam suficientes. Acaso não bastassem, faríamos um pedido de registro do óbito ao Juízo da Direção do Fórum. Até porque teríamos que solicitar a baixa e arquivamento dos demais processos em andamento em nome da desencarnada.”

— Que maluca esta história vô! Mas por que o senhor disse que vocês tiveram que ressuscitá-la? Não entendi!

— Te acalma, guri! Agora que vem a parte mais interessante do caso.

“Passados mais alguns dias, estava eu em casa assistindo a um famoso telejornal do fim da tarde quando escutei a manchete da próxima notícia, que viria após o intervalo comercial: *Menina morta reaparece em casa, em Osório, no Litoral Norte, e causa grande susto na família e na vizinhança.*

De imediato, desandei a gargalhar sozinho no sofá, porque só poderia ser a nossa folclórica assistida, que voltara “do além-túmulo”!

Dito e feito! No dia posterior à reportagem, a mãe de nossa personagem comparece à Defensoria Pública um tanto quanto desenxabida, num misto de perplexidade e contentamento, para dizer que sua filha morta havia entrado pela porta da sala e ela e a filha saíram correndo pelos fundos, acreditando tratar-se de uma “aparição”.

Ocorre que, para além da parte cômica e extravagante da situação, existia agora um novo fato jurídico a ser resolvido. A moça havia sido declarado morta, com certidão de óbito e tudo, portanto, agora precisava ser “ressuscitada juridicamente”, porquanto de fato, ela estava viva e o “reconhecimento” de seu corpo foi um equívoco ocasionado pelo medo, a ansiedade e o constrangimento da situação.”

— Sensacional, vô! Não imaginava que o trabalho da Defensoria Pública pudesse envolver tanto a vida das pessoas.

— Pois é, Bentinho, nesse caso envolveu até mesmo a morte! Mas felizmente conseguimos trazê-la de volta à vida! Hehehe.

— E já que estamos falando em desencarne, vou já contar outra passagem bem interessante que também ocorreu em Osório.

— Já estou curioso para saber o que virá desta vez...

— Então, lá vamos nós...

“Era uma linda manhã de primavera, dia em que eu e os colegas prestávamos atendimento, em todas as áreas de atuação. Tempo em que ainda não havia o agendamento e o critério das fichas, era apenas por ordem de chegada e, dentro delas, obediência às preferências legais. Chamávamos carinhosamente de “dia da muvuca”, porque atendíamos entre 40 a 50 pessoas numa manhã.

Tão logo cheguei no trabalho, percebi que a estagiária já estava agitada – ainda não tínhamos servidores –, e foi logo avisando:

“Bom dia doutor, temos um caso urgente!”.

“Bom dia! Do que se trata?”.

“Uma senhora está aqui, muito abatida e chorosa, acompanhada de um agente funerário.”

“Credo em cruz! Deve ser uma bomba! O que eles querem?”

“Ela disse que seu marido faleceu em um acidente de moto na Estrada do Mar, em Capão da Canoa, nessa madrugada.”

“Meu Deus! Que coisa triste! Mas por que necessitam da Defensoria?”

“Ah, doutor! O resto da história eles disseram que querem contar somente para o Defensor Público. Porém, eles não têm ficha, podem passar mesmo assim?”

“Sim, sim! Pois, certamente, trata-se de um caso urgente.”

Depois que tomei meu cafezinho e a água costumeiros, preparei-me para atender àquela situação inusitada da melhor forma possível.

Dei bom dia e logo adentrou ao gabinete uma jovem senhora de uns trinta e poucos anos, com suas duas filhinhas

de 2 e 4 anos, respectivamente, uma no colo e outra pela mão, acompanhada por um rapaz que se disse representante de uma funerária local.

A recente viúva, como era de se esperar, estava com uma aparência muito sofrida, olhos lacrimosos, fundas olheiras, quase não conseguia relatar o ocorrido, pois ainda soluçava muito.

Para poupá-la das tristes lembranças passei a dialogar com o rapaz, que estava inteirado do sinistro e obviamente mais lúcido para me repassar os detalhes técnicos que os traziam ali.

Disse o jovem de ocupações mortuárias que o corpo do falecido havia sido transferido para o IML local, em razão do acidente, e que após a realização da necropsia fora guardado em uma câmara fria, em razão do conflito de familiares pretendendo retirá-lo para as despedidas finais e o sepultamento. “Como assim? Quem são os demais familiares? – perguntei-lhe.”

Em resposta, o rapaz informou que os pais do falecido moram em Porto Alegre e jamais aceitaram o relacionamento do filho com a assistida, que mora em Capão da Canoa, apesar do nascimento das duas netinhas e da união estável pública e notória.

Dessa forma, prosseguiu ele, assim que souberam do óbito do filho, trataram de contratar uma advogada que, por sua vez, procurou o IML local para pedir o traslado do corpo, a fim de ser sepultado na Capital do Estado. Disseram, ainda, que estariam dispostos a chegar às últimas consequências para obterem êxito neste objetivo, inclusive recorrendo “às barras dos tribunais”.

Diante destas informações, liguei imediatamente para o IML, ocasião em que a responsável me repassou a mesma si-

tuação, ou seja, diante do conflito existente, somente liberaria o corpo mediante autorização judicial, ou então, por acordo entre as partes.

Imaginando a possibilidade de um acordo extrajudicial, liguei novamente, desta vez para a procuradora dos pais do obituado, para tentar aclarar a situação.

Passei a argumentar que a viúva estava naquele momento na Defensoria Pública, com suas duas filhinhas, muito abatida e deprimida, e que diante deste quadro doloroso, a melhor saída para diminuir as dores daquele triste episódio seria um acordo que possibilitasse a retirada do corpo pela companheira e que o enterro fosse realizado em Capão da Canoa, cidade onde o defunto havia escolhido para morar e construir sua família.

No entanto, segundo a causídica, de nada adiantaram os nossos argumentos, porquanto os pais do falecido não se sensibilizaram e continuaram irredutíveis, sendo que a advogada alertou que já estava confeccionando as procurações para ingressar com uma ação na Comarca de Porto Alegre.

Assim, diante do inusitado e da urgência que o caso requeria, elaboramos, na mesma manhã, um pedido de Alvará perante a Vara da Direção do Foro, objetivando a autorização judicial para a liberação do corpo.

— Nossa vovô! Que caso triste e emocionante! Não bastasse a dor da perda do parceiro, a mulher ainda teve que brigar com os sogros pelo corpo do companheiro. E como terminou?

— É verdade meu querido! O ser humano é capaz de fazer coisas maravilhosas, mas, geralmente, também pode ser extremamente mesquinho. Isso eu aprendi desde muito cedo na minha carreira profissional.

— Mas neste caso, felizmente obtivemos sucesso, e finalmente a nossa assistida e suas filhas puderam despedir-se adequadamente de seu ente querido.



— Por fim, antes de almoçarmos, gostaria de te contar, bem rapidinho, um outro caso bem inusitado que aconteceu comigo.

— Combinado vovô! Acho que ainda temos um tempinho...

— Bueno, o caso ocorreu em São Francisco de Paula, na época em que eu estava classificado em Taquara e atendia lá por deslocamento.

“Estava realizando o atendimento de uma senhora muito humilde e com uma aparência tristonha, quando ela começou a contar que sua filha de 16 anos havia sumido há uns seis meses e há aproximadamente um mês o Delegado de Polícia lhe informara que o caso estava praticamente solucionado, faltava apenas a realização de perícia na ossada encontrada numa fazenda, nos arredores da cidade.

A pobre senhora estava ali para saber se poderíamos fornecer alguma notícia mais atualizada, ou de alguma forma agilizar o procedimento, porque a demora, a angústia e a ausência de sepultamento do corpo a estavam dilacerando o coração.

Como normalmente nas terças-feiras, quando atendíamos em São Chico, nós almoçávamos com o promotor e o delegado, disse àquela sofrida mãe que na próxima semana certamente lhe daria alguma notícia.

À hora do almoço então, como prometido, entre outras conversas, questionei o delegado sobre o caso da filha desaparecida daquela senhora, momento em que ele relatou toda a comovente situação.

Eram ambas colegas de aula, estudantes do ensino médio, contavam a mesma idade e dividiam vários gostos e interesses, como é comum entre adolescentes. Entretanto, uma das paixões que compartilhavam seria fatal para o des-

fecho desta história: as duas meninas gostavam do mesmo rapaz!

Para fermentar e acirrar ainda mais o ciúme velado que a amiga sentia, o rapaz estava “ficando” com a filha da assistida, que de forma inocente informava todos os detalhes do relacionamento à “amiga”.

O ciúme doentio da pseudoamiga chegou a tal ponto que ela então elaborou um plano macabro. Planejou que um dia, após a aula matinal, convidaria a colega para um piquenique, numa fazenda abandonada, nos arredores da cidade e lá chegando, com a espingarda calibre 12 de seu pai, mataria sua “adversária amorosa” e viveria um lindo romance com o seu grande amor, agora livre de empecilhos.

Tudo isso foi confessado pela adolescente homicida, após um agricultor haver encontrado os restos mortais da menina desaparecida, no exato local do “piquenique mortal”.

Mas a parte trágico-cômica ainda estava por vir. A ossada da menina assassinada havia sido depositada num cofre, que ficava na parte dos fundos da delegacia de polícia, à espera da realização da perícia. Porém, quando o delegado revelou este triste desfecho à genitora da menina, esta entrou em choro compulsivo e ajoelhou-se em frente a um outro cofre, que se localizava no gabinete do delegado.

A partir daquela data, uma vez por semana, a nossa infeliz assistida comparecia à delegacia de polícia, munida com flores que depositava sobre o “cofre errado”, uma vela que acendia, e um rosário que rezava em memória de sua pobre filha, que morrera tão jovem e tragicamente.

E o nosso amigo delegado, a seu turno, sensibilizado com a situação, jamais teve coragem de dizer que aquele era o cofre errado, e ainda, por compaixão, permitia que a pobre senhora realizasse o ritual semanal de despedida em seu gabinete!”.

— Nossa Vovô! Que histórias interessantes e comoventes!  
Agora, sem querer duvidar e só para nós: elas aconteceram  
assim mesmo?

— Hehehe. Não sei! Só sei que foi assim!

# 9

## **Do Desespero à Centelha**

---

*Fabício Azevedo de Souza*

.....

“Vou travar!” A frase martelava na minha cabeça, repetidamente, dolorosamente, enquanto assistia ao promotor mostrar aos jurados as fotografias da vítima, corpo banhado em sangue, coração traspassado por uma faca de açougueiro. “Ninguém merece morrer desse jeito, como um bicho carneado”, bradava o acusador, em um misto de indignação e irritação que contrastava com o andar calmo e a serenidade de quem aparentava conhecer o palco e os jurados há muitos anos.

Era meu primeiro júri e, confesso, o caso não era dos mais simples para a defesa: briga em um bar, pai e filho, este adolescente, acusados de desferirem facadas na vítima, uma das quais no peito, que atingiu diretamente o coração. As fotografias tiradas no local do crime davam a dimensão do estrago causado no músculo cardíaco, tingindo de vermelho todo o ambiente. O processo que tramitara no âmbito do Juizado da Infância e Juventude já fora encerrado e levou à internação do filho do acusado por largo período.

Chegado recentemente na Comarca, tive contato com o processo apenas por ocasião dos estudos para a realização do plenário. Do réu, só sabia o nome e as informações constantes da folha de antecedentes criminais. Entrei apreensivo no sa-

lão do júri, procurando quem poderia ter o perfil narrado nas frias folhas do processo. Pupilas negras dilatadas me fitaram de imediato. Olhos de um homem que apesar de alto e forte, mostrava-se apequenado, curvado, entristecido e envergonhado. Pouco levantava a cabeça, apenas quando a atenção lhe era exigida por algum integrante da família, que ocupava significativa parte das cadeiras destinadas ao público assistente. Não tive dúvidas de que se tratava do acusado.

Aproximei-me um tanto recalcitrante, e, em um tom de voz baixo, falei seu nome, ao que obtive apenas um aceno positivo com a cabeça. Imediatamente, uma senhora idosa, muito magra, portando um vestido que lhe cobria as pernas, de tecido simples, mas muito alinhado, com cabelo grisalho e bem penteado, com olheiras profundas – certamente reflexo não só de uma vida sofrida, mas de uma noite extremamente maldormida – me toma pelo braço e, com os lábios trêmulos e voz embargada, ordena: “Ajuda meu filho, doutor”.

Não há outro momento em que o trabalho de um defensor na esfera criminal seja tão visível quanto no plenário do júri. Muitos enxergam o plenário como uma espécie de arena de batalha, em que cada movimento, desde um simples baixar de cabeça, é percebido; todo suspiro é interpretado; as palavras devem ser cuidadosamente pensadas e ajustadas antes de serem colocadas à prova, ao escrutínio público. E quis o destino que a súplica daquela mãe tivesse que ocorrer no júri. Justamente no tribunal do júri. No meu primeiro júri! O processo, naquele momento, deixava de ser um amontoado de folhas frias; passava a ter cor, cheiro, suor, apreensão, angústia e sangue.

A partir de então, enquanto o acusador explanava sua versão do caso aos jurados, estranhas sensações passaram a me assaltar. Parecia que todos os dias de estudo do caso não

tinham sido suficientes; toda a análise da prova já não mais servia; todos os livros expostos sobre a bancada não passavam de mero enfeite para fazer crer aos presentes um aprofundamento cultural que de nada adiantaria. Só conseguia me concentrar nas borboletas que passaram a revoar no meu estômago e na ânsia de vômito constante, sensações que, alguns anos depois, veria no filme *O Juiz* (*The Judge*, 2014, direção de David Dobkin). No filme, ao chegar ao Fórum para o julgamento, um jovem e inexperiente advogado vomita no gramado existente ao lado do prédio, e questiona o outro, mais experiente: “Qual meu problema?”, ao que lhe é respondido: “Envolvido com o cliente, acha que a vida dele está em suas mãos... isso passa”).

Eis o dilema e a responsabilidade – poderia existir maior? – da defesa no Tribunal do Júri: acreditar que a liberdade e a vida de alguém estão em suas mãos, na sua atuação, na sua performance, no seu poder de persuasão, na dialética. Naquele momento, naquelas circunstâncias, depois daquele pedido, tinha convicção de que essa responsabilidade não só existia, como era minha. Como lidar?

“Não trave”. Era só o que pensava enquanto o acusador encerrava sua manifestação, com não só um pleito, mas com a exigência da condenação. Quando a magistrada questionou se a defesa estava pronta para iniciar sua fala, o primeiro impulso que me ocorreu foi dizer “Não!”, mas evidentemente seria uma resposta inaceitável. A esta altura, sem perceber, já tinha acatado a ordem daquela senhora com olheiras profundas: eu tinha a obrigação de ajudar o seu filho.

Pouco antes de me levantar para a saudação inicial, um fato chamou minha atenção: só havia pessoas de um lado do salão do júri, todas amigas ou familiares do réu. O outro lado permanecia absolutamente vazio. Com o canto da boca, questionei o acusado se havia, no ambiente, algum conhecido ou

familiar da vítima, dado que esta era casada e possuía filhos, tendo este respondido negativamente. Era o *insight* que faltava para destravar.

Com a voz ainda hesitante, consequência da aridez bucal, cumprimentei a magistrada, o promotor, demais presentes, o réu e seus familiares. Na sequência, após tomar um gole de água, dirigindo-me aos jurados, asseverei que gostaria de saudar os familiares da vítima, mas que, aparentemente, seu desaparecimento do plano terreno não havia trazido revolta ou indignação a ninguém, já que, no salão do júri, havia apenas pessoas muito preocupadas com a resposta que o conselho de sentença daria ao pobre cidadão de olhar triste e postura acalorada que estava ao meu lado.

Pronto! O empurrão inicial me fora dado e eu não havia travado, as borboletas começavam a abandonar meu estômago, as glândulas salivares voltavam, gradativamente, a produzir seu fluido lubrificante, e era possível começar a explicar aos jurados os motivos pelos quais aquele cidadão, longe de ser um assassino sanguinário, somente queria defender o filho da briga que se envolvera, sem qualquer intenção de matar aquele sujeito embriagado que sequer conhecia. Ao longo da explanação, trazer aos pares julgadores a tese de que, em verdade, quem houvera desferido a facada mortal fora o adolescente, e que, por isso, já estava cumprindo sua pena.

Ao final de uma tarde inteira de debates, saio da sala secreta e dirijo-me até a mesa onde posicionada a defesa, onde o acusado permanecera praticamente imóvel, com a cabeça baixa, durante todo o julgamento. Falo em seu ouvido que os jurados foram sensíveis à tese apresentada pela defesa, acolhendo o pleito absolutório. O “Não serei preso, doutor?” foi respondido com um aceno negativo de cabeça e um leve sorriso nos lábios.



Aquele sujeito ao meu lado voltou a ficar grande, seus ombros voltaram a ficar mais próximos das costas do que do peito, o queixo se ergueu, não havia mais tristeza e vergonha naqueles grandes olhos negros. Sua primeira reação foi caminhar até aquela senhora com cabelo grisalho e dar-lhe o abraço mais apertado que uma frágil idosa poderia suportar, um abraço que se perpetuou enquanto a magistrada lia a sentença que decretava sua absolvição.

Após assinar a ata de julgamento, todos foram embora. Fiquei sentado por um tempo naquela ampla sala, pensando em tudo que acontecera, e me ocorreu que o réu e sua mãe não vieram se despedir. Isso me deixou muito incomodado, afinal, como deixei passar a oportunidade de agradecê-los?

Ao entrar naquela sala pela manhã, e receber o pedido de ajuda daquela mãe desesperada, não poderia imaginar que, ao fim do dia, os maiores auxílios seriam recebidos por mim. Não sucumbir à pressão de ter a liberdade e a vida de alguém em suas mãos, superar minhas angústias, dar menos importância à opinião alheia e às vaidades, foram apenas algumas das lições recebidas. Tudo em prol não só de buscar a intangível justiça, mas apenas e simplesmente, ajudar o outro, sem nada exigir em troca.

Hoje, passados tantos anos, muitas das preocupações e sensações daquele primeiro julgamento já não existem, ou, se existem, o são em intensidade menor. Talvez, como renunciado pelo experiente advogado do filme, isso tenha passado. O que jamais saiu do meu âmago foi a ordem emanada por aquela distinta senhora: “Ajuda!” Afinal, para que ser defensor se não para ajudar o outro?

# 10

**Morreu Dona Adélia**

---

*Felipe Pizarro Drummond*

.....

**H**á cerca de três anos, atendi na Defensoria Pública de Santana do Livramento a dona Adélia. Uma senhorinha de 80 anos, baixinha, daquelas que andam curvadas, mas ainda tem o olhar firme e a voz forte. Ao mesmo tempo em que o corpo parecia frágil e a alma parecia só, havia nela uma certa fortaleza, própria das mulheres que vivem sozinhas e se bastam. Estar só lhes dói, mas não as derruba.

Dona Adélia veio com vários problemas. Um deles era um problema de vizinhança. A vizinha fazia “caras feias” para ela. Não consegui vislumbrar situação ilícita, mas mero conflito geracional. Ela esperava uma certa reverência que a vizinha jovem não lhe era capaz de alcançar. Disse que monitorasse piora no relacionamento. Não voltou a falar disso.

Dona Adélia falava e gostava de encostar. Vinha sempre bem vestida, de batom, maquiada. Lembrava muito alguma coisa na minha avó, embora minha avó não seja tão simpática. Talvez fosse o desespero. Me segurava pelo braço ao falar, no que via suas veias saltando e sua pele idosa. Estou acostumado a idosos: cresci sempre tendo algum nonagenário por perto.

A senhorinha falou de mais questões do filho que não a vinha visitar muito. Chorou muito. Morava sozinha. O filho estava em outra cidade. Tinha uma casinha.

Em seguida, falou do Bradesco, que lhe comia mais de 30% dos rendimentos com descontos em conta oriundos de empréstimos que ela fazia no caixa eletrônico, meio sem entender direito o que estava fazendo. Normal para idosos: caem em qualquer promotor de vendas dizendo “quer um dinheirinho?”. Com a renda comprometida, não sobrava dinheiro para remédio, produtos de limpeza, higiene, etc.

Foi uma das primeiras ações de limitação de descontos que fiz e a orientamos que alterasse o local de recebimento de sua aposentadoria. Ganhamos a liminar para inibir os descontos.

Na semana seguinte, dona Adélia compareceu com um sorriso no rosto. Não aceitava falar com ninguém da equipe, queria falar direto comigo. Veio me agradecer e perguntou que presente eu queria. Disse que não poderia receber um presente, mas que ficaria feliz com um abraço. Dei-lhe um abraço apertado.

Essa foi a primeira vez em que dona Adélia me chamou para comer um bolo em sua casa. Insistiu. Disse que faria um bolo quentinho para mim. Eu queria muito ir, mas já estava um pouco envolvido e pensei que poderia ser pior me envolver ainda mais. Confesso, porém, que tenho dificuldade de dizer não à doçura das pessoas, ao carinho genuíno. Talvez nunca consiga desenvolver a valência de burocraticamente dizer “não, obrigado”. Disse que teria que ser outra vez e usei minha esposa como desculpa.

Não adiantou. Ela não entendeu. Queria me agradecer de qualquer forma: dois dias depois, lá compareceu dona Adélia com um pedaço de bolo de chocolate branco e um embrulho de presente.

Era uma camisa imitando Polo Ralph Lauren, linda, de falsificação imperceptível, que eu teria pego para mim em

qualquer outra condição que não a de ser um agente público recebendo um presente de um cidadão. A cor? Verde. A cor da Defensoria Pública. Não foi de propósito, acho, mas eu fiquei feliz pela escolha da minha marca preferida e da cor da instituição que represento.

Confesso que aceitei o presente: jamais eu poderia dormir tendo feito àquela velhinha a desfeita de devolver algo que com tanto carinho ela tinha comprado. Ela ficou muito feliz: não precisei fingir que gostei e ela ficou genuinamente feliz de ter, de alguma forma, me retribuído. Quando ela foi embora, dei o presente para alguém que da camisa mais precisava.

A fatia de bolo de chocolate branco, devo dizer: foi um dos melhores que comi nos últimos anos. Era uma mera torta de padaria, mas estava muito boa. Vou lembrar com carinho do gosto de ser retribuído por uma senhorinha fofa como dona Adélia.

Cerca de um mês depois, o Bradesco não cumpriu a liminar e efetuou novamente descontos indevidos. Dona Adélia chegou aos prantos na Defensoria. Dessa vez, queria que eu fosse com ela ao banco. Não tenho estrutura de tornar universalizável que eu acompanhe pessoalmente cada assistido idoso às diligências da vida. Normalmente, fazemos “papéis” de orientação e encaminhamento. Fiz um papel desses, pessoalmente, e assinei, com cópia da liminar e um pedido expresso de que o banco efetivasse no seu sistema informatizado o comando judicial, para ela levar ao gerente do banco. Era perto do almoço. Ela insistiu para que eu fosse com ela. Não fui: estava envolvido com dona Adélia, mas eu não posso cruzar certos limites. Estava indo almoçar em casa e a levei de carro à porta do Banco. No trajeto, em meu carro, ela se ressentiu de que o filho não a visitava, de que ela ficava sozinha. Chorou copiosamente. Dei-lhe a mão e a deixei na porta do banco,

como um netinho que cuida de sua avó. Doeu-me fazer o serviço à metade, justamente porque ela não era minha avó, mas uma assistida pedindo um grau de assistência que eu simplesmente não posso universalizar aos demais assistidos.

No mês seguinte, não houve desconto, mas ela foi novamente à Defensoria agradecer e me dar um abraço. Dei o abraço, com força e carinho. Recebi novamente o convite para um bolo quentinho em sua casa. Com dor, novamente declinei. Fui para casa pensando nela. Sentia saudade da minha avó. Ligava na hora para minha avó. Falava com minha avó desejando que dona Adélia estivesse também recebendo alguma forma de carinho. Será que estava?

No dia seguinte, peguei no sistema o endereço dela. Vi no Google Maps onde era. Pensei em ir. Não fui. Pensei em ligar para o filho. Não liguei. Rezei para que ela ficasse bem e com o coração quentinho. Era uma noite fria e também quis que ela estivesse quentinha em sua cama. Ao menos, me acalenta-va saber que os descontos haviam cessado e que, pelo menos, algumas coisas não lhe estariam mais faltando, embora o impagável lhe faltasse.

Li ontem a expressão e agora ela me pareceu aplicável: dona Adélia é dessas “órfãs de filho vivo”.

A última vez em que vi dona Adélia foi em 17 de junho de 2019. Registrei assim no sistema, burocraticamente: “Relata que recebeu carta de cobrança do Bradesco. Orientada ao fato de que a limitação de descontos não anula a dívida, que pode ser cobrada pelas vias ordinárias, como protesto, SERASA, etc., etc. Quando advertida sobre isso, a assistida começou a chorar, abraçou o Defensor e disse que não tem dívida nenhuma, que não deve nada. Confirmado com a assistida que está recebendo a integralidade de seus proventos, eis que trocou de banco, no que não foi evidenciada qualquer situação de risco”.

Eu queria ter escrito: “o defensor quase chorou com a assistida, abraçou muito forte a velhinha, sempre que a vê lembra de sua própria avó de 97 anos a 1500 km de distância, tem dificuldades de manter a barreira profissional, acha essa parte da profissão uma das mais exigentes emocionalmente”.

O abraço dela ainda está nos meus braços. Escrevo hoje esse texto no meu “sistema” pessoal-emocional de digestão das boas e más emoções e lembranças.

Dona Adélia morreu em 10 de julho de 2019, menos de um mês depois de nosso último abraço.

Fiquei sabendo agora, em outubro, em meio à tediosa atividade de passar em revista os casos marcados como “sensíveis”, que ficam com um post-it virtual em meu sistema, e me lembrar do caso dela. Estranhei sua ausência por quatro meses e a fluência do processo sem sua intervenção, que antes era mais constante. Pressentindo o pior, fiz, em busca a um sistema de óbitos, a infeliz constatação de que aquele pedaço de doçura (embora não tão doce com minha equipe de balcão) evadiu-se do planeta Terra.

Quis saber como. Consegui descobrir como. No sistema policial, consta um “encontro de cadáver”, registrado por um filho, com a descrição, “para fins de locomoção do corpo”, que “a sua mãe foi encontrada sentada morta pela sua prima sra. Beltrana, que tem em torno de 60 anos. Relata que a sua mãe tinha problemas de coração e se tratava com a dra. Fulana”.

Dona Adélia morreu em casa, sozinha, sentada. Via TV? Costurava? Dormia no sofá? Chorava? Esperava o bolo quente ficar pronto? Espero que tenha partido em paz. Suas dívidas viraram problema de ninguém. Sua vizinha em breve terá outro vizinho para, quem sabe, a ele deixar de fazer caras feias. O Bradesco contabiliza mais um passivo.

Não fui comer o bolo quente que ela me prometeu. Não a levei ao Bradesco para ajudá-la no trâmite com o gerente. Não vesti a camisa verde que ela me comprou.

De algum modo não convencido, me arrependo. Acho que fiz a coisa certa, mas ainda assim me arrependo.

Fio-me, para não desabar, no fato de que comi com gosto a fatia de seu bolo de chocolate branco, e, principalmente, de que lhe dei abraços apertados todas as vezes em que a vi. Ela fazia questão de abraçar apertado. Abraços apertados daqueles como me ensinaram: que encosta coração no coração. Aliás, quero lembrar quem me ensinou a abraçar assim, porque, desde que passei a visualizar ao abraçar a metafórica “encostação” de corações, meu abraço ficou mais significativo.

Hoje, fechando meus olhinhos e visualizando sua carinha sorridente, de um batom borrado, transbordo de carinho por alguém que vi não mais que cinco vezes na vida e, confortado, desejo a dona Adélia o melhor.

Mais uma vez, encostei meu coração no dela, mesmo que eu aqui e ela – enfim – onde quer que esteja.



.....

# II

## **Mistério da Meia-Noite**

---

*Guilherme Henrique Mariani de Souza*

.....

**E**m Jaguarão, o tempo estava fresco e a temperatura bastante amena. O céu estava mais escuro naquela noite de lua nova, no final da primavera.

A poucos minutos da meia-noite, estava eu sentado em frente a minha escrivaninha, com o *laptop* aberto e logado no *Portal da Defensoria*, encaminhando ainda algumas petições, para dar conta das intimações eletrônicas que diariamente aportam em nossa área de trabalho.

Minha esposa já se aprumava para dormir e eu já vestia meu pijama. No quarto utilizado para os estudos e para o trabalho, a luminária acesa tornava o ambiente mais aconchegante, com a luz focada sobre a mesa.

Meia-noite em ponto. O celular, pousado sobre a agenda, ao lado do computador, tocou. Era a empresa de vigilância que controlava o sistema de alarme da Defensoria. Eu, como Diretor Regional, responsável pela gerência administrativa da sede local, atendi a chamada com um misto de surpresa, curiosidade e leve preocupação.

A moça ao telefone me relatou que havia sido identificada uma série de disparos de alarme, em diferentes setores do prédio. Sugeriu-me então que fosse até lá para verificar o

que havia acontecido. Um funcionário da empresa estaria em frente à Defensoria, aguardando minha chegada, para que entrássemos juntos na sede (esta era uma antiga casa residencial adaptada).

Pensei em contatar o colega Gustavo para perguntar-lhe se por acaso não sabia de nada, ou se não teria ele passado por lá momentos antes. A ligação chamou, mas não houve retorno – já estava descansando, imaginei. Não insisti.

Eu, como já estava *aceso*, “*pilhado*”, não hesitei em logo vestir meu abrigo – por cima mesmo do pijama –, colocar meus tênis e, claro, pegar minha máscara (em tempos de pandemia, afinal, nada mais natural).

Fui-me investindo de crescente expectativa e coragem enquanto me preparava para sair de casa. Meus pensamentos já começavam a desfilar possíveis cenários: o que poderia ter acontecido àquela hora? Seria apenas um roedor travesso? Um morcego ambulante? Ou algo mais sério e com tons delitivos teria ocorrido?

Dentro do carro, a caminho de lá, olhava com apreensão para as ruas e calçadas, como se a cada esquina pudesse me deparar, quem sabe, com o sujeito que teria *revirado* a Defensoria. Imagine só! Já pensando no pior... Como fazia um leve frio, e também pela hora já avançada, não vi nada de mais, além de um quarteto de jovens reunido em frente a uma casa.

Aproximando-me da sede, logo avistei a motocicleta do vigilante e os contornos sombreados de seu corpo, já que estava posicionado em pé, em lugar não contemplado pela iluminação da rua, próximo à rampa de entrada da instituição. Mesmo assim, desci do carro olhando para os lados, tal qual um guarda-costas em posição de alerta.

Ao aproximar-me do homem – que não usava máscara, diga-se –, notei que empunhava uma pistola. Cumprimentei-o

cordialmente, ao que fui correspondido. Tive a impressão de que já o conhecia, e realmente, estava certo. O vigilante era nosso assistido em ação cível indenizatória, na qual estava sendo demandado por suposto excesso ao repelir um mau comportamento durante um conhecido evento da cidade, de caráter internacional. A empresa para a qual trabalhava havia sido contratada para atuar na segurança das festividades. A contestação do caso já havia sido apresentada, e havia audiência de instrução já marcada.

Zero hora e vinte e cinco minutos. Voltando à cena noturna, disse-me o homem que já havia circulado pelos arredores, e nada de anormal tinha observado. Caminhei então até a porta, para abri-la. Esta tinha duas fechaduras: uma embaixo, próxima do solo, e outra mais acima, em altura mediana.

Ao me abaixar, o vigilante manteve a arma empunhada, com os braços semiflexionados; o que ocorre é que o orifício do cano de saída dos projéteis estava direcionado para baixo, como se mirasse em mim, enquanto girava as chaves. Quem olhasse de longe poderia até pensar: estão forçando o sujeito a abrir a porta! Deve ser um assalto!

Não sabia se tal postura era adequada ou não, mas de todo modo, certa ou errada, pareceu-me um pouco amadora, pois não transmitia nenhuma segurança. Desconfiado, pensei: será que esse homem sabe mesmo manejar uma arma? Tratei de abrir a porta o mais rapidamente possível, e logo acionei a lanterna do meu celular para iluminar a entrada do ambiente.

De cômodo em cômodo adentramos a Defensoria: primeiro, a sala de triagem; depois, a sala de atendimento, sala dos servidores, nossos gabinetes e os banheiros. O espaço era comprido, pois após as estações de trabalho havia um corredor mais estreito que levava até a cozinha e garagem, com amplo

espaço, inclusive uma churrasqueira. Ali poderia haver alguma coisa; estava muito escuro, a lanterna do celular não dava conta de iluminar tudo. Somente aos poucos acionávamos os interruptores.

O homem vasculhou todas as peças, testando também as maçanetas das portas. Nada! Tudo trancado, nenhum sinal de arrombamento.

O que se podia notar é que havia muitas frestas e espaços propícios para a entrada de animais, tais como pássaros e insetos voadores, sem contar mamíferos, como ratos e “ratos cegos”, como são conhecidos etimologicamente os morcegos. Eu e meu colega já havíamos outro dia testemunhado um deles se espremendo e rastejando por debaixo da porta, adentrando a garagem. Uma cena impressionante! Talvez pudesse ter sido o mesmo animal, fazendo com que disparassem em sequência os alarmes.

De todo modo, a tensão inicial deu lugar a um relativo relaxamento: aparentemente, nada havia de errado (ou ao menos nada de criminoso). Voltamos então peça por peça, refazendo o caminho, apagando luzes e fechando portas. Voltamos pelo mesmo corredor, e na parte central da casa, onde se localizam as mesas e computadores dos estagiários e servidores, a segurança parecia caminhar mais devagar, quase parando... Tive a impressão de que queria falar algo. E não deu outra.

— É o senhor que está cuidando do meu processo? — falou ele, com a arma ainda em mãos.

Logo entendi que o término da vistoria viraria um atendimento.

— Sim, sou eu! Alguma dúvida? E ele então começa a narrar todos os *enrosocos* nos quais está metido o autor da ação, mas agora já com a arma na cintura, para poder gesticular com as mãos livres.

Enquanto ele falava, eu ouvia tudo, já ligando o computador de nossa Analista, para consultar a movimentação processual e poder orientar o assistido. Era quase uma hora da madrugada.

Feita a consulta, informei-o da data da audiência, e da necessidade de alertar as testemunhas que estavam arroladas, para que não perdessem a solenidade.

— Mas é um absurdo, né doutor? Tomara que não dê em nada isso daí! — Referindo-se ele à pretensão do autor.

— Não posso te garantir a decisão final, que é do juiz, mas faremos o possível! Estaremos contigo — completei.

Atendimento encerrado, Defensoria fechada, alarme novamente acionado, despedimo-nos. Ele, para continuar a sua vigília, e eu, de volta ao lar, satisfeito por nada de grave ter acontecido, e refletindo sobre o que acabara de acontecer: um atendimento de madrugada, na sede da Defensoria, com o assistido de arma na cintura e eu usando máscara e vestindo um abrigo por cima do pijama!

# 12

**O Rio**

---

*Igor Menini da Silva*



.....

Não era comum ele acordar-se agitado, mas naquele dia algo tinha acontecido de muito estranho.

Seria a sessão do júri, a qual faria logo mais? Como um Defensor Público da classe final da carreira, poderia agir assim? Não era para estar “sovado de pealo”? Já acostumado com tantas batalhas?

Serviu-se de café, em nítida efervescência de sentimentos. Derramou o açúcar, queimou o pão e, assim, não demorou para que lhe chamassem a atenção: “Te liga pai!”, divertiu-se Isadora, a filha mais nova que logo embarcou no transporte que a levaria para a escola.

A noite havia sido estranha, por isso não conseguira se concentrar nem mesmo nas tarefas mais mezinhas. Afinal, quem sonha, com tanta nitidez, com o seu próprio julgamento? Disse a esposa com um riso nervoso e um olhar perdido em direção ao pátio com a grama bem cortada.

— Tu sonhaste que estava em teu próprio julgamento? Por que isso mexeu tanto contigo? Como assim? Retrucou a esposa, acostumada a auxiliar o marido utilizando a maiêutica socrática para organizar seu pensamento.

— Sim, eu chegava em um local onde havia 12 pessoas. Era semelhante a um salão. Lá, em uma mesa em formato de

“U” pediram que me aproximasse e começaram a me fazer perguntas.

— Quais, meu amor? — perguntou a esposa, enquanto, curiosa, levava lentamente a xícara à boca.

— Eles me perguntaram o porquê eu andava cansado. Queriam saber o porquê eu tinha perdido o brilho interior e a vontade de fazer o mundo melhor, essas coisas da metafísica.

— Hum... como eles eram? Reconheceste alguém? Isso me parece aqueles sonhos que “transcendem os mundos” — comentou a esposa mais interessada ainda no assunto. — Será que foi uma revelação onírica?

— Não sei, havia homens e mulheres. Todos muito sérios.

— Foi muito forte... impactante, eu diria. Respondi a eles que estava cansado de tentar encontrar alguma compaixão, empatia, justiça entre as pessoas... Que era muito difícil ser Defensor Público em uma sociedade que despreza o pobre, despreza quem está sendo acusado, quem foi condenado, quem cumpre pena e quem busca pelos seus direitos. Que estava cansado de não estar mais presente com a minha família. O Gonçalo já está com 16! É um homem! A Isadora já escreve livros! Livros!

Eu sinto, parafraseando Albert Camus em sua “revolta metafísica”, que a minha vida está como o mito de Sísifo: seguir uma rotina diária, sem muito sentido próprio definido, onde tudo se repete sem fim. Essa deve ser a minha punição?

— E eles? — perguntou a esposa se referindo à mesa de 12 pessoas que estavam ali “julgando-o”.

— Sem mover um músculo! Ouviram-me falar, falar e falar. O mais curioso é que depois disso me contaram uma história, eu acho.

Uma mulher, que estava no ponto central da mesa, brilhava muito, por isso não consegui identificar melhor seu ros-

to, começou dizendo que a frustração, a perda do propósito, a raiva, a tristeza é como um punhado de sal e que a minha mente pode funcionar como um copo d'água ou como um rio, dependendo de minha escolha e de onde procuro me hidratar.

— Profundo — suspirou a esposa.

— Não entendi bem... Vou me arrumar para o Júri — disse levantando-se o Defensor Público pensativo.

Ele volta arrumado para mais um julgamento. Na porta da casa, quase saindo olha para o pátio e vê brinquedos antigos dos filhos. Ali reconhece um brinquedo do filho e lembra quando ele o visitava na Defensoria Pública e dizia que queria ser “Defensor Público” como o pai. Lembrou da filha, com oito anos, no dia das profissões na escola, dizendo que o pai lutava para que todos tivessem um julgamento justo, enquanto perdia seu olhar no velho “Tyrone” dos “Backyardigans”. Veio a sua mente as mãos já enrugadas e o semblante triste dos que lutaram uma vida, trabalhando incessantemente, e que, apesar disso, não conseguiram ser tratados com dignidade e necessitavam da Defensoria Pública para fazer valer seu direito a tratamento de saúde.

Ele não parava de pensar em tudo o que havia feito como Defensor Público, como tinha melhorado como ser humano ao desempenhar tão relevante profissão. Ao chegar ao Foro da Comarca, enxergou o réu nervoso e de cabeça baixa, faticosa nitidamente maior que seu corpo franzino e magro, estava segurando o que parecia ser uma Bíblia. Reconhecendo seu defensor, o homem levanta a cabeça e diz: “Bom dia, Doutor... Hoje terei a defesa que foi negada a Jesus e a Estevam”.

O defensor assumiu seu posto, ao lado do réu. Com o peito estufado como se carregasse toda a coragem do mundo, levantou-se com o Código de Processo Penal na mão, passos largos e iniciou sua rotina com o olhar inegociável de quem decidiu beber água do rio.

# 13

## **Somos Todos Iguais**

---

*Maria de Fátima Záchia Paludo*

.....

**E**ra final da tarde de 10 de outubro de 1994, eu já indo para casa, quando me deparei, numa esquina da Pedro Ivo com a Artur Rocha, nos altos da Bela Vista, em Porto Alegre, com uma enorme quantidade de viaturas da Polícia Civil, da Brigada Militar e de carros da imprensa. Em meio aos curiosos que se aglomeravam, um transeunte explicava que havia ocorrido um assalto numa residência. Aparentemente, era mais um infeliz incidente comum das grandes capitais.

Na manhã seguinte, no entanto, os jornais noticiavam que naquela casa de classe socioeconômica alta na verdade havia ocorrido um homicídio bárbaro. Um casal tinha sido assassinado com inúmeras facadas, se não me falha a memória foram 37, e, para assombro de todos, o autor do crime seria um dos seis filhos do casal, o qual teria confessado o ato. No dia dos fatos, o jovem admitiu ter sido o mandante, entretanto, sempre que ouvido perante autoridade policial, fornecia uma nova versão dos fatos. Foram oito relatos, a maioria deles impressionava pela violência e pela frieza.

Eis que a denúncia pelo homicídio qualificado foi distribuída para a 1ª Vara do Júri da comarca de Porto Alegre, na qual eu estava classificada. Todavia, durante toda a tramita-

ção do feito, não tive qualquer contato com o processo, pois o réu era defendido por advogado constituído.

O plenário do júri foi designado para o dia 11 de setembro de 1996. Cerca de 10 dias antes, quando todos esperavam que o incidente de insanidade fosse concluído pela inimputabilidade do réu, chegou aos autos o laudo que entendia que ele poderia ser classificado como semi-imputável em face do delito cometido, mas não era conclusivo na análise da personalidade do réu, que não bebia, não utilizava drogas e nem era portador de doença mental.

De imediato, o advogado do réu, que desde o início acompanhou o caso, renunciou, declarando à imprensa (ZH de 11/10/1996) “que sua decisão foi motivada por uma conversa que teve com o acusado na PASC: “Nós discordamos sobre a tese de defesa a ser usada”, contou. E seguiu: “o Carlos Alberto pretende continuar alegando negativa de autoria e eu não concordo”.

Com a renúncia do advogado, fui então chamada ao gabinete da juíza que me informou da necessidade de a Defensoria Pública assumir a defesa do réu, mas tendo em vista que o plenário seria dali a uma semana e pela repercussão do crime estava me consultando.

Sempre tive o entendimento de que defensor público não escolhe seus casos, atua sempre que o cidadão necessita de defesa, independentemente de suas convicções ou da repercussão social do fato. Na verdade, a repercussão social condenatória testa o defensor na sua vocação e o fortalece no propósito de que todos têm direito à plenitude de defesa.

Dessa forma, de pronto afirmei que faria o plenário, mas como era um processo de 9 volumes e seria difícil inteirar-me de todos os fatos em menos de uma semana, tentei negociar uma alteração da data. Não obtive êxito. Penso que todos que-

riam de certa forma terminar com aquele processo tão dolorido, com fotos horríveis e motivação que foge à compreensão de todos.

Entrei em contato com a coordenadoria da área penal, então exercida pela Defensora Pública Maria de Lourdes Ribeiro, e solicitei apoio para a realização das minhas atividades ordinárias, a fim de que pudesse me dedicar àquele que era um dos mais complexos julgamentos da minha carreira até então. O pedido foi acolhido.

Assim, com a cópia dos 9 volumes, rumei para a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas para conhecer, apresentar-me e conversar com o Carlos Alberto – o Beto.

Encontrei um homem de 37 anos, muito alto e com um ar um tanto assustador. O terceiro filho de uma prole de seis, que estudou num famoso colégio da cidade, foi escoteiro, ex-aluno da Faculdade de Farmácia na UFRGS e que estava bem integrado ao cárcere, trabalhando na limpeza e escrevendo cartas a pedido de presos analfabetos ou semianalfabetos.

Deixei bem claro para ele que a nossa única chance seria o reconhecimento da semi-imputabilidade, que traria uma diminuição de um a dois terços da pena privativa de liberdade aplicada, pois jamais ele seria absolvido. Ele concordou sem fazer qualquer questionamento, dando-me inteira autonomia.

Ainda tive mais um encontro com o Beto antes do julgamento para explicar como funcionaria o plenário, como ele deveria se portar e sobre seu interrogatório. Enfatizei a ele o que deveria ser dito. Novamente ele concordou com tudo.

Ao examinar os autos, analisando os recortes de jornais juntados, verifiquei que o jornal Correio do Povo publicou que havia sido feita uma reconstituição dos fatos no local do crime cuja data não conferia com a reconstituição existente no processo.

Com a ajuda de um estagiário, hoje magistrado, fiquei sabendo que na reconstituição subtraída do processo, Beto havia negado a sua participação no fato e que uma estagiária da delegacia, filha de um delegado de polícia, tinha participado do ato. Arrolei-a como testemunha de plenário, mas ela não foi encontrada pelo Oficial de Justiça, que não conseguiu intimá-la. Acabei desistindo do seu depoimento, mas com esse movimento restou demonstrado que efetivamente existiram duas reconstituições e somente uma, casualmente, a que o réu admitia a autoria, foi juntada ao inquérito.

Dias antes do julgamento, eu e minha família passamos a receber ligações para o telefone da minha residência com xingamentos e insultos, exclusivamente por eu estar atuando na defesa de Beto. Meus filhos, que à época contavam com 9 e 8 anos de idade, muito ouviram na escola, a ponto de um coleguinha do mais velho relatar que a mãe dele teria dito: “Quero ver se ele ou o irmão dele quando crescerem resolvem matar ela”.

No dia do julgamento, saí de casa com a sensação de que estava indo para minha execução. Ao mesmo tempo, sentia-me feliz por ter demonstrado a mim mesma que estava exercendo minhas atribuições por completo, com total integridade.

Ao chegar ao Foro, o cenário sensacionalista estava montado. Filas e senhas para as pessoas ingressarem no plenário. Todos os meios de comunicação estavam presentes. Foi sugerido que eu ingressasse pela porta de trás e assim evitasse contato com todas as pessoas que aguardavam autorização para entrar no plenário. Nem pensar! Ingressei pela porta principal da 1ª Vara do Júri, passei por todos e fui muito cumprimentada.



De um lado, diversos Defensores Públicos a me apoiarem, e do outro, vários representantes do Ministério Público acompanhando o Promotor responsável pela acusação. Ao olhar para a plateia, deparei-me com meu marido, minha mãe e minha irmã que, sem me avisar, foram me prestar a força da sua presença. Até hoje me parece irreal, mas eu estava muito tranquila e com o sentido de domínio e conhecimento absolutos do processo.

No início das oitivas das testemunhas, ainda na parte da manhã, o júri foi interrompido durante uma hora devido a uma ameaça de bomba feita por um telefonema anônimo. O plenário foi esvaziado e uma equipe do Gate da Brigada Militar fez uma varredura no local, mas nada encontrou.

Após, o julgamento ocorreu sem nenhum problema, em que pese o calor do debate. Beto foi considerado autor dos homicídios por 5 votos contra 2, e por 4 votos a favor e 3 contra, o conselho de sentença reconheceu a semi-imputabilidade que levou à redução da pena.

Pelos dois homicídios qualificados e pelo crime de estelionato, o réu foi condenado a cumprir 43 anos e 9 meses de pena carcerária que, com o reconhecimento da minorante, foi fixada em 29 anos e 2 meses.

A apelação proposta foi rejeitada. Posteriormente, ainda ingressei com Revisão Criminal na qual foi reconhecida a continuidade delitiva entre os dois homicídios, sendo a pena reduzida.

Este processo, que de início pareceu um grande e quase intransponível desafio na minha carreira, acabou se transformando num marco positivo, com o reconhecimento do trabalho realizado pela comunidade jurídica e pela própria imprensa, que adjetivou minha atuação como “brilhante”.

No ano de 2000, passei a atuar perante Câmara Criminal no Tribunal de Justiça e em 2006 fui a primeira Defensora Pública Geral a ser eleita pela classe e nomeada pelo Governador, sendo reconduzida em 2008, com mandato até 2010.

Na época em que estava na chefia institucional, meu filho Miguel estudava na Faculdade de Direito da UFRGS e, ao fazer um trabalho em grupo para a disciplina de Direito Penal, foi ao Patronato Lima Drumond, onde Beto cumpria pena no regime semiaberto. A diretora do estabelecimento, ao tomar conhecimento de quem o Miguel era filho, chamou o Beto para conhecê-lo. Miguel, conhecendo o sentimento que sempre nutri pelos meus assistidos e sabendo que jamais os julguei, sugeri ao preso que, quando tivesse direito a saída, fosse até a Defensoria Pública tomar um café comigo no meu gabinete. A partir de então, passei a receber suas rápidas visitas, que sempre causavam surpresa às pessoas que comigo trabalhavam.

Após minha aposentadoria na Defensoria Pública, em 2017 recebi a visita de Beto quando então exercia o cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte de Porto Alegre. Ele precisava de auxílio para conseguir uma prótese de parte da perna que perdeu no período do cárcere. Fazia tempos que ele estava no topo da lista e após algum esforço e contatos feitos, como todos os protocolos já estavam cumpridos, ele recebeu a prótese.

Minha atuação na Defensoria Pública, com 28 anos só na área penal, ensinou-me que o acusado, por mais cruel e violento que possa ser, não é diferente de nenhum de nós. Todo ser humano busca a felicidade, por meio da realização pessoal, profissional e material. Isso assusta, mas é real. O que nos diferencia? Os freios sociais que advêm da chance de sermos criados e educados numa família acolhedora, que garante a base

do que nos tornamos. O Beto não teve essa oportunidade. Em algum momento perdeu a razão. E coube a mim não julgá-lo, mas acolhê-lo da forma que pude, com toda a dedicação ao meu trabalho e com toda a dignidade que os assistidos da Defensoria Pública merecem e sempre tiveram quando atendidos por mim.

# 14

## **Chá de Banheira e Baldes de Lágrimas<sup>9</sup>**

---

*Mariana Fenalti Salla*

---

<sup>9</sup> Os nomes foram alterados por nomes fictícios para manter o sigilo.

.....

Um choro desesperado atravessava as portas. Aos prantos, uma voz feminina gritava “Essa Carla, ela fez chá da minha bebê, eu vou pegar essa Carla”. O nome da analista da Defensoria era Carla. A situação toda suscitou milhares de confabulações sobre o que estaria ocorrendo. Em milésimos de segundos, os pensamentos se entrecruzavam. “A analista Carla sempre é tão atenciosa, não a imaginaria causando mal a algum assistido. Deve ser outra pessoa. Mas como assim fazer chá de um bebê. O que houve, por que ela está chorando tanto?”.

Cruzando a porta que, mesmo fechada, o choro vencia, descobri o que ocorria. De fato, Carla era outra pessoa. Embora aliviada por não serem verdadeiros os primeiros pensamentos, a situação era grave e angustiante.

Desesperada, uma mãe aos prantos dizia “eu sinto o meu peito, está na hora do leite da minha bebê”.

Assim, conheci Flávia e sua história, que marcou meu início de trajetória. Flávia: mulher, negra, mãe solo, residia em cidade diversa da sua família e seu companheiro, pai da criança, estava preso. Precisando sustentar suas filhas, Flávia foi trabalhar por alguns dias em uma cidade próxima. As crianças foram confiadas aos cuidados de uma vizinha. En-

tregou-lhe valiosos cinquenta reais para cuidar das crianças por alguns dias.

Ao retornar à cidade, a bebê de cerca de três meses havia sido entregue para Carla criar. Carla – a xará de nossa analista, que residia em um dos melhores edifícios da pequenina cidade – não conseguia engravidar e pretendia “adotar” a bebê. Negou-se a devolver a criança a Flávia, dizia já estar apegada e argumentava poder fornecer uma vida melhor. Para Flávia, o mais desesperador de tudo: Carla já havia feito um chá de bebê em comemoração à sua “maternidade”.

Para mim, o mais desesperador de tudo: Carla já havia ajuizado ação de guarda da criança para colocação em família substituta. No presídio, a notícia chegou e também desesperou o genitor. Todos se preocuparam com a situação. A assistente social do presídio telefonou, o defensor que atuava no presídio rapidamente elaborou uma contestação e nos informou.

Com a contestação em mãos, nossa preocupação era agir o mais rápido possível. Mas “e se cair na pilha”. E o mais temerário “e se o juiz julgar que melhores condições financeiras atendem o ‘melhor interesse da criança’”.

O magistrado necessitava compreender o que estava ocorrendo. Uma criança havia sido rapinada de sua mãe. A impressora não timbraria as lágrimas. Humildemente, bate-mos à porta do magistrado. O pranto de Flávia também precisava atravessar as portas do gabinete do julgador. O julgador, com seu característico olhar humano, prontamente despachou.

Na mesma data, o edifício no centro da cidade que jamais esperava ver Flávia dentre suas frequentadoras foi obrigado a receber não só Flávia, mas também a oficiala de justiça. Carla encerrou o dia apenas com chá, pois a bebê fora embora.

Poucas semanas depois, o colega do presídio conseguiu o aguardado livramento condicional do genitor. Na Defensoria, a visita da família reconstituída iluminava o ambiente com seus sorrisos. *Flashes* registraram o momento, parecia o final feliz. Mas não era.

Dias depois, faltou luz neste caminho. O Conselho Tutelar sumariamente havia entregue a bebê aos cuidados de outros familiares. O motivo: a casa da família não tinha luz. Porém, a dívida era do morador anterior e a energia elétrica jamais poderia ter sido suspensa. Novamente, Flávia injustamente perdia sua bebê. Mais um processo nascia e uma certeza crescia: não há dignidade humana se não tivermos acesso à justiça.

# 15

## O Parto<sup>10</sup>

---

*Patrícia Kettermann*

---

<sup>10</sup> Particpei de um parto na frente da Defensoria Pública. Um casal em situação de rua que foi pedir socorro porque não recebeu atendimento adequado em dois hospitais durante a madrugada. Ambos extremamente vulneráveis em decorrência da situação de rua, da pobreza e de visíveis problemas psiquiátricos (embora ele fosse muito articulado e inteligente). Eles não sabiam que ela estava grávida (do primeiro filho), mas talvez de forma inconsciente, tenham entendido que a Defensoria era o lugar mais seguro para o bebê nascer (ele já tinha perdido o poder familiar sobre quatro filhos...). Tomei a liberdade de me apropriar respeitosamente do lugar de fala da mãe, porque a história não é minha. É dela. Atravessada pelas minhas percepções de mulher branca privilegiada, mãe de dois filhos que nasceram superprotegidos em todos os sentidos. A opção é respeitosa e afetiva, embora falha. A intenção é homenagear Jussara e tantas outras mulheres em situação de rua que, além de tudo, gestam e são mães.



.....

**D**or, dor, dor. Sentimentos desconexos, olhar confuso.  
Ele estava ali, como sempre estive nos últimos anos.  
Fujo e volto. Desapareço até ele me achar.

Mas os últimos dias foram diferentes. A infecção ginecológica forte trazia muito inchaço abdominal e sensações esquisitas.

A dor foi aumentando e ele, que vivia na rua desde os sete anos, achou que era o momento de procurarmos atendimento no hospital. A vida na rua ensina que não são os melhores lugares para gente como nós. Aliás, nenhum é. Mas fomos mesmo assim.

Eu só vou. Como pela vida. O tempo todo. Vou.

No primeiro, alegaram superlotação e nos mandaram ir para o segundo. Ali, o tratamento frio e mecânico, porque afinal, sou invisível mesmo quando sinto dor, mesmo em uma dessas horas em que a nossa humanidade nos iguala.

Tudo vai ficando ainda mais confuso e a dor só aumenta. Recebi remédio na veia e um canto no chão para esperar. Eu só vou. A mão lateja e ele está inconsolável. Não está resolvendo.

Chama, pede, conversa e recebe indiferença ou ordens: tem que esperar! E a dor aumenta.

Está amanhecendo também para os invisíveis. Até que ele decide: temos que pedir ajuda na Defensoria Pública.

São quase 7h e deito no chão, na calçada mesmo, até que as portas sejam abertas e ele possa pedir socorro. Eu não consigo falar. A dor está cada vez mais forte e vejo as coisas como um amontoado desconexo, que vão se sucedendo sem que eu consiga entender o que está acontecendo. Só a dor e a confusão.

Bem poucos minutos depois, vejo uma mulher que senta no chão ao meu lado e pergunta o que está acontecendo. Eu não falo mais, nem consigo olhar direito, mas ele diz que estou com muita dor e que não conseguimos atendimento médico adequado nos dois hospitais de emergência.

Ele entende das coisas e o mundo não é tão confuso. Eu sempre fui “a burra”, até minha família descobrir que se eu fosse “interditada”, receberia dinheiro. Daí passei a ser “a louca”, mas para mim nada mudou. Não entendo mesmo. Olho, olho e não entendo. Nem consigo falar.

A mulher me pergunta coisas, sorri, toca na minha mão que ainda tem um acesso para os medicamentos. Fugi do hospital com ele. Ela pergunta se estou grávida, mas as palavras soam com eco e eu não entendo. Não consigo falar. Olho como se estivesse em outro mundo, de outro lugar.

Ele responde; conversam. Ele conta que fomos desrespeitados nos hospitais, que ninguém nos vê; que resolveu ir na Defensoria pedir socorro porque é o único lugar na cidade onde é visto e bem recebido. Haveriam de saber o que fazer para que as dores sarassem. Ele tinha medo de me perder. Eu tenho família que é quem recebe o benefício porque sou louca, mas ele não. Só tem a mim. Mesmo que eu sempre fuja. Ele está angustiado e quer que resolvam rápido a minha dor.

A mulher insiste em falar comigo e ele explica que estou com vergonha por causa da infecção, e que tenho uma bola dura pressionando minha pelve.

Preciso levantar, começo a caminhar em círculos porque a dor está desesperadora. Uma cachoeira escorre pelo meio das minhas pernas abertas. Eu quero fugir de novo, mas a mulher fala e fala na tentativa de que eu fique até a ambulância chegar.

O desespero aumenta. A bola está maior e pressiona cada vez mais. Fiz xixi na frente da Defensoria. Todos me olham com olhares estranhos, entre curiosos e atônitos. O que esta louca está fazendo?

Preciso caminhar. Me proteger. Um contêiner de lixo orgânico parece o lugar mais acolhedor. Atravesso a rua com a mulher tentando ser carinhosa e brincalhona comigo (ela não quer que eu fuja e também está nervosa). Ele diz que estou com vergonha e ela fica de longe, me olhando e pedindo para eu não ir embora, para eu esperar a ambulância.

Nem escuto direito, quero chegar no contêiner. A dor aumenta, a pressão está insuportável. Agacho no chão e sinto mais dor e ao mesmo tempo um alívio imenso. Nasceu. Nasceu. Nasceu. Ele está ali comigo. Como sempre. Até nos momentos de violência contra mim. O que me liga ao bebê inaugural é rompido com seus dentes. A criança fica no chão. Ao lado do contêiner de lixo orgânico.

Eu sabia. Eu tinha sonhado. Eu tinha sonhado que tinha um bebê. Essas palavras repetidas rasgavam a minha boca sem parar. Eu conseguia falar; só isso. E andar em círculos.

Ele grita forte, chamando a mulher: Nasceu, nasceu!

Eu saio caminhando sem destino pela rua. Não entendo, não entendo. Meus olhos estão ainda mais confusos e só vejo a mulher correndo e entrando com o bebê na Defensoria. Eu olho do outro lado da rua e vejo pelo vidro que ela fala no te-

lefone rápido. Desliga, pede uma sacola de supermercado que é rasgada em tiras.

Ele pega o bebê no colo e senta. Agora é ela a se acocorar com as fitas de sacos. Parece cantar para a criança. Diz algo como ser bem-vinda (mas não deve ser...). Eu não entendo. Nada.

Ela faz coisas no cordão umbilical do bebê e quando percebe que ele está bem, vem em minha direção. Estou do outro lado da rua sem entender. Vejo através dos vidros. E tudo está ainda mais confuso.

“Vem ver teu bebê, Jussara!”.

Ela vem sorrindo ao meu encontro. Eu não entendo. Encosta no meu braço e me leva até onde a criança está: no colo dele. Tudo ainda mais estranho. Meu olhar fala e diz que eu não entendo.

Olho a criança. E olho. E viro para não olhar mais. Não quero pegar. Não entendo. Os pensamentos vêm às golfadas e a ambulância chega.

.....

# 16

## **A Antessala**

.....  
*Patrícia Pithan Pagnussatt Fan*

.....

**F**amília e Defensoria Pública são assuntos inseparáveis, na medida em que grande parte do nosso atendimento à população diz respeito ao direito das famílias. Costumo dizer que é uma atividade comparável a um grande laboratório justamente pela variedade de possibilidades de aprendizado: muitos modelos de relacionamentos humanos vêm ao nosso encontro por meio das famílias que atendemos, assim como há possibilidade de autoconhecimento sobre nós próprios, já que aquilo que sentimos na presença do outro diz muito sobre nós.

Vimos de uma família, independentemente da forma de sua constituição; também não importa se conhecemos ou desconhecemos nossa origem biológica. O fato é que cada um de nós tem uma origem genética, com grandes chances de se reconhecer pelas atitudes de seus componentes ou se identificar em maior ou menor grau com nossos parentes. Sem ingressar na seara de que muitos de nós podemos ser cuidados por famílias afetivas e, assim, adquirir seus valores e cultura, é comum observar que o convívio entre seus membros é tão bom e seguro como pode ser tumultuado, abusivo e, na quase totalidade dos casos, desafiador.

Assim, histórias de famílias são recheadas de sentimentos e necessidades. Quando estas não são atendidas, vêm para a Defensoria na busca de reconhecimento, apoio e respeito (para atender ao direito de convívio entre pais e filhos, para pedir alimentos aos filhos, para formalizar o rompimento da conjugalidade) respectivamente. E muitas outras necessidades não atendidas nos relacionamentos familiares podem gerar nosso atendimento, como a de autonomia, amor, empatia, responsabilidade, honestidade, cooperação, conexão, aceitação, reciprocidade, equilíbrio, espaço, comunicação, entre outros. Por esta razão, na maioria dos atendimentos há conflito de relacionamento entre os envolvidos, decorrente dos sentimentos que surgem das necessidades não atendidas. Muitas vezes a raiva, a tristeza, a desconfiança, o nojo, a fúria, a ansiedade, o medo, a mágoa, a preocupação, a indiferença tornam nosso atendimento mais exigente.

Depois que a Defensoria Pública do Estado passou a ocupar-se de oferecer atendimento por meio da mediação familiar antes do ajuizamento de uma ação litigiosa, foi possível a melhor compreensão da nossa indispensabilidade enquanto Instituição para promover a resolução pacífica dos conflitos familiares como meio de estimular a autonomia destas famílias para que, na eventualidade de novos conflitos, eles próprios possam reconhecer o caminho do diálogo como meio possível de solução. É que o conflito também faz parte dos relacionamentos familiares.

Com o auxílio da equipe de mediação para recordar detalhes de tantos atendimentos, alguns com maior grau de envolvimento se sobressaem, como a história do ex-casal que não conseguia se olhar para iniciar uma “simples” conversa, no meu apressado julgamento. Este conto faz parte de uma família cujo ex-casal nos procurou, em 2019, para pedir a dis-



solução da união estável. A princípio, os Assistidos Joana e Vladimir foram encaminhados ao programa de educação em direitos da família – a Oficina das Famílias –, oportunidade em que puderam entender um pouco mais sobre seus direitos, deveres, e como poderiam comunicar-se com maior cuidado na fala e, principalmente, focar no cuidado com as filhas. Nessa oportunidade, eles compareceram em dias distintos para poderem fazer seus questionamentos sem a presença do ex-cônjuge, até para evitar novos julgamentos entre ambos. Essa atividade auxilia sobremaneira o próximo passo, que é a sessão de mediação. Quando do agendamento do dia para a mediação, a assistida Joana pensava que Vladimir não compareceria à sessão, já que eles não conseguiam se comunicar há bastante tempo. No dia da primeira sessão, ele compareceu, mas não conseguiam se olhar. Observo que é comum em situações de atrito que o posicionamento físico dos envolvidos demonstre a contrariedade. Ambos ficaram de costas um para o outro. Informaram ter vivido juntos por 22 anos, e que tiveram duas filhas, a Fabiane, com 14 anos, e a Janaína, com 4, na época da separação. Relataram que tinham um terreno com duas casas construídas. A mulher, Joana, tinha a intenção de vender esta propriedade e dividir o valor em 50% para cada um, e mudar-se para o interior do Estado com as filhas. Vladimir, por sua vez, já tinha constituído outra família, estava com outra pessoa que também tinha filhos do relacionamento anterior, e sua situação estava bastante definida.

Vladimir já tinha procurado uma imobiliária para fazer a venda do imóvel e, como estava levando muito tempo, passou a pensar em alugar uma das casas para que parte do valor pudesse ser revertido em alimento às filhas. Iniciando a fala por Joana, logo veio o relato muito grave, no sentido de que o

pai de Vladimir, avô paterno de Fabiane, teria abusado sexualmente da neta.

Para nós, operadores do direito, basta a intenção de romper a conjugalidade para que façamos o pedido jurídico correspondente. Não importam os motivos. No entanto, é comum que as pessoas tragam a razão pela qual desejam o afastamento. Neste caso, o abuso do avô parece ter sido o motivo da separação do ex-casal. Essa questão já tinha sido objeto de processo-crime. O relato de Joana foi bastante denso, e o assistido Vladimir passou a chorar muito na sessão. Este avô já se encontrava preso, respondendo pelos atos praticados. E esse pai não se conformava com o que havia acontecido. Ele se sentia muito culpado por não ter conseguido perceber o abuso e evitar os fatos, assim como sentia culpa por todo o sofrimento que a filha vinha passando. Também não conseguia superar o fato de se sentir responsável pela separação do ex-casal. Na oportunidade, foi suspensa a sessão, com uma pausa técnica para buscar orientação sobre como fazer para este assistido ter algum apoio pela Defensoria, e a orientação foi no sentido de buscar atendimento com a psicóloga da Unidade Central de Atendimento. Ressalta-se aqui a importância de uma equipe multidisciplinar. O fato de poderem falar livremente e sem julgamentos naquela sessão talvez tenha sido a razão pela qual, no final deste encontro, ambos já estavam fisicamente posicionados frente a frente. Após um tempo impreciso, e muitas lágrimas, conseguiram se olhar. O “segredo” daquela família foi exposto, e já não aparecia como uma parede, mas como um rio que, depois da enxurrada, retoma seu curso em meio ao lamaçal.

Este caso teve três sessões de mediação. Duas mediadoras atendendo a família: estava eu no suporte jurídico e coordenação técnica para os encaminhamentos; a psicóloga da UCAA,

que passou a orientar este pai e conseguiu encaminhamento psicológico; enfim, a questão jurídica aparecia muito pequena perto do emaranhado de situações que envolvia a família. Este trabalho em equipe reverberou na importância do acolhimento dos Assistidos diante da narrativa dos fatos trazidos e nos encaminhamentos oferecidos, pois o atendimento da questão técnico-jurídica não seria o maior desafio. Já na segunda sessão, foi possível avançar nas questões com os cuidados com as filhas, como seria o convívio e a guarda, assim como passaram a cogitar de permanecer em condomínio o imóvel, para moradia de Joana e as filhas naquela propriedade. Ao trabalhar a pauta desta mediação, essa família passou a demonstrar um pouco mais de leveza, ainda que os fatos tivessem sido bastante pesados.

Estamos acostumados a ouvir situações semelhantes. No entanto, aprendemos mais sobre relacionamentos familiares quando estamos disponíveis à escuta sem julgamentos.

Para a surpresa da equipe, quando da terceira sessão, houve uma significativa evolução: Fabiane, veio com a mãe para ver seu pai. Adolescentes, na presença dos pais, podem eventualmente comparecer na mediação, mas as decisões são dos adultos. Na maioria das vezes, sua presença é recomendável, justamente porque não devem suportar o peso de nenhuma decisão. Neste caso, o benefício do reencontro aconteceu sem que a jovem participasse da sessão. Foi uma possibilidade que Joana ofereceu à filha e ela aceitou. Fazia mais de um ano que Vladimir não a via. Ele trazia muita vergonha e medo da reação dela ao vê-lo. Ela, ainda muito jovem, tinha um misto de dor e um tanto de curiosidade; não sabia como lidar com a expectativa do encontro com o pai. Nós pouco sabíamos sobre como os fatos se passaram entre pai e filha. Isso não foi trazido durante as sessões anteriores. No entanto, foi possível obser-

var a experiência de ambos ao se revisitarem. Primeiro, a surpresa de Vladimir ao ver Fabiane e, depois, o olhar dela àquele que é o seu pai; a pessoa que saiu às pressas da vida da família, em indelével silêncio. Na pausa deste encontro, nenhuma palavra foi dita. Nós, éramos expectadores da antessala, nos corredores do IPE, onde atendíamos. Uma experiência viva de que às vezes nada precisa ser dito. Somente sentido. Aos poucos, o pai oferece uma mão à filha. Ela olha para a mãe, que consente com a cabeça. E o abraço se faz. A imagem que ficou daquele encontro foi a do pai abraçando a filha. A jovem não olhava para ele. Com os olhos fechados, abraçou seu pai e assim ficou algum tempo. O suficiente para que a antessala ficasse como um lugar de encontros, e não apenas de passagem, como a percebíamos. Já no final da sessão entre os pais, recebemos o agradecimento daquela família pela oportunidade do reencontro na Defensoria. A filha, que ficou no aguardo, saiu acompanhada de ambos. Isso significou muito para a equipe. Provavelmente para a jovem também.

As Defensorias têm, na maior parte de suas sedes, estruturas físicas com sala de espera e salas de atendimento. Estamos acostumados a realizar atendimentos nas salas específicas para este contato mais aproximado, como meio de promover o acolhimento, assim como para a preservação do sigilo das informações. A sala de espera é um local de passagem. Neste caso, porém, a sala de espera se transformou em local de encontro, com potencial de transformar relações.

Para nós, é comum observar maior tranquilidade na família após o término das sessões. Na família de Joana e Vladimir também sentimos isso. Foi relevante este caso porque não parecia possível qualquer ajuste entre eles na época do agendamento, assim como no primeiro atendimento. A partir do momento em que foram reveladas suas dores, e que pude-

ram escutar-se em ambiente de possível diálogo, aos poucos a família conseguiu criar alternativas para seu convívio.

Esta família chegou ao consenso, e escolheram soluções que ficaram boas para eles. No termo de entendimento ficou o registro da dissolução, da partilha dos bens, da guarda, dos alimentos e do convívio com as filhas. Na nossa memória, ficaram os olhares, a pausa, o abraço e a imagem da filha deixando a antessala com seus pais.

Trabalhar na família é estar disponível ao imprevisto, com acolhimento das mais variadas emoções, nossas e dos assistidos. É um lugar de transformação. Os dias não são iguais, e todos são de aprendizado.

17

**A Carta**

*Rafaela Consalter*

.....

**E**ra Defensora havia poucos meses, iniciando a atuação numa vara criminal, quando recebi pela primeira vez a carta de um preso. Se para mim isso gerou surpresa, segundo os colegas mais experientes, os envelopes das penitenciárias na verdade eram rotina e quase sempre vinham com um apelo desesperado para que houvesse um pedido de liberdade.

Apesar da letra cursiva quase indecifrável, dediquei-me a ler o conteúdo da missiva, escrita em surradas folhas de caderno que de algum modo me tocaram. Eram quatro páginas com vários trechos perdidos e quase sem lógica, mas o mais importante estava no parágrafo final: o preso afirmava que não estava no local do fato e que não havia cometido o crime que lhe estava sendo imputado. Era o segundo processo criminal que ele respondia. Do primeiro já tinha cumprido parte da pena e conquistado o livramento condicional, o qual fora revogado pela acusação de porte de arma que se dizia totalmente inocente. “Implorou”, como se quase tivesse como certo que seria ignorado, que eu olhasse o feito com a denúncia do porte ilegal de arma.

Em meio às pilhas de processos que diariamente aportavam na sala que eu e minha fiel estagiária ocupávamos a algumas quadras do foro (na época eram duas varas criminais

e um deslocamento para outra comarca), separei as tarefas urgentes daquela manhã antes das audiências.

Pessoalmente, tirei um extrato da movimentação do processo e veio a informação que eu temia: o feito estava concluso. Sem acesso ao teor da acusação, aos detalhes da prova, seria necessário esperar. É sabido: o sentimento de impotência ronda o cotidiano de todo Defensor Público.

As pautas de audiências tomavam os dias inteiros, sobrando apenas as quintas, quando havia plenário do júri, para o magistrado, entre um ato e outro durante o julgamento, revisar as minutas de sentenças e despachos que se acumulavam no seu gabinete. As torres de processos manualmente movimentadas eram motivo de apreensão da reduzida equipe que tentava sem muito sucesso dar agilidade aos despachos.

Aguardando o início das audiências do dia, contei ao juiz, já conformado com a minha habitual energia na defesa dos assistidos, que eu havia recebido a cartinha e que o respectivo processo estava em seu Gabinete. Apesar do esmero do magistrado em garantir os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, foi perceptível seu ar de desconfiança quando zombou da minha pretensão: *“eles são sempre inocentes”*. De todo modo, determinou à assessoria que procurasse o processo e me emprestasse para que eu verificasse a pertinência do pedido.

Passaram-se alguns dias e eu já estava aflita com a falta de retorno da equipe. Novamente, falei para o juiz que estava aguardando para olhar os autos, quando ele, sorridente, me diz: *“Ele era inocente mesmo!!! O Ministério Público tinha até pedido absolvição e eu já expedi o alvará de soltura”*. De súbito fiquei inconformada e com a sensação de não ter feito nada, já que sequer tinha tido a oportunidade de analisar o processo e



peticionar. Ao mesmo tempo, porém, me dei conta de que na verdade eu tinha feito tudo: eu tinha acreditado!

Acreditar pode ser a diferença entre julgar um ato e julgar um sujeito. Só conseguimos sustentar a esperança de fazer valer a justiça pelos direitos das pessoas quando somos empáticos e despidos de preconceitos e prejulgamentos.

Assim, com o genuíno sentimento de satisfação, respondi ao preso, informando as diligências adotadas e noticiando que em breve deveria ser solto. Não sei se ele chegou a receber a minha resposta, mas na semana seguinte recebemos mais de uma centena de cartinhas da mesma penitenciária, para desespero da minha única estagiária, já que éramos apenas nós duas para cuidar não só dos processos, mas também de toda a rotina administrativa da nossa Defensoria.

Hoje a comunicação é digital, o controle deixou de ser manual para ser integralmente feito via sistema, os processos estão evoluindo para a forma virtual e os alvarás são expedidos *on-line*. Claro que ainda há lentidão e demora no andamento dos feitos, mas é inegável que a dinâmica mudou, a forma de falarmos com os nossos assistidos é tecnológica e instantânea, e as ferramentas estão sendo aperfeiçoadas a cada dia.

Mas o que nos conecta de verdade não mudou: Defensores e Defensoras continuam ouvindo e, mais importante ainda, acreditando nos seus assistidos, sejam eles acusados, réus, ofendidos ou vítimas. Seguimos acolhendo o cidadão e a cidadã que bate à nossa porta. Ouvir e acreditar são o nosso dever e a nossa missão maior. Enfim, o acolhimento é o nosso combustível para seguirmos adiante levando a cultura da paz a todo povo vulnerável deste País.

# 18

## **O Nascimento**

.....  
*Regina Célia Rizzon Borges de Medeiros*

.....

**E**la tinha nome de flor e sobrenome de santa. E um pedaço amarelado de folha de caderno com um nome de homem e um de mulher. Os pais lhe deram, recomendando que guardasse com zelo. Era filha de Pedro e Joana e aquilo era tudo. Não tinha memórias dos rostos deles, de afagos na criança que um dia foi, nem de fome, nem de frio, nem de alegria. Tudo apagado daquele quadro verde que virou sua mente depois daquele dia. Nem sabia que desejava uma identidade, porque até ali, saber ou não saber quem era não fazia diferença.

Tudo esquecido, tinha o amor. Ah! Deus é bom e lhe trouxe o amor. Não sabia ler nem escrever, e por isso não conhecia o amor dos livros de romance. Mas o negro, capataz de estância, esqueceu as rudezas da vida e se encantou pela Flor, que era frágil e sabia cozinhar como ninguém. Amava-a. E ela não podia morrer sem socorro. Se caísse doente, era preciso uma carteirinha de saúde, que não davam a quem não existia. Falou com um e com outro e lhe mandaram falar com o juiz. O juiz, essa figura mítica que resolve tudo e que quando a gente chega lá não é bem assim. Tem que ter audiência e alguém que conte a história. E, assim, o negro, resoluto, chegou àque-la casa de sonhos que ficava na frente do palácio do juiz. Era

uma casinha pequena, com gente alegre que resolvia problemas. Tinha um doutor lá, que ouviu a história e pôs no papel. O doutor era acostumado a traduzir as dores em frases, numa língua que o juiz entendia. Mas, naquela vez, a história era tão grande que no papel não cabia. E só saíram umas frases sem borbotões, porque era o que havia. Era o começo daquela história, que podia ser linda ou triste, a depender de quem lesse e do que decidisse fazer com aquelas palavras que resumiam cinquenta anos de uma vida sem nome.

Os processos do dia chegaram e tudo era novidade para a defensora recém-chegada, que antes cuidava de outros tipos de histórias. Era tão bom mudar de ares e estudar novas coisas. Aquelas poucas frases dentro do caderno azul à sua frente despertaram nela uma vontade imensa de abrir o caminho para que aquela mulher pudesse transformar o papelucho que guardara desde o abandono da infância em um documento que lhe garantisse ser vista.

Como alguém podia deixar uma criança na igreja e sumir no mundo, deixando-a lá e dizendo que voltaria? Mas foi o que aconteceu. Pais deixavam filhos abandonados, ela sabia. Uma de suas amiguinhas de infância veio do abrigo. Ia lá com a amiga e seu coração gelava vendo aquelas crianças. Era tudo gelado, escovado e com um cheiro de desinfetante; um mundo frio e sem amor. Mas era um teto e trazia alento pensar que a Flor tivesse tido um no começo da vida depois do abandono. Podia pensar o que quisesse sobre a infância da Flor, porque ela não lembrava, e imaginar que alguém a acolheu amenizava a tristeza que aquilo tudo trazia.

Quem era a mulher forte da história nunca se soube, porque daquele dia em diante muitas apareceram na história. A defensora, a juíza, a promotora, as vizinhas da Flor que vieram para contar o que sabiam e dizer que era pouco; e ela,

a personagem central que vivia esse estranho protagonismo, pela primeira vez na vida.

Na audiência foi ouvida, monossilábica, e nada além do que contou primeiro apareceu. Seu monossilabismo virou prolixidade de silêncios nos olhares que gritavam naquela sala. Eram olhares de espanto e de perguntas silenciosas que as mulheres faziam umas às outras sobre o que fazer com aquilo tudo. Era preciso saber se a Flor não andou matando alguém e se escondeu por ali. Era preciso saber de onde veio, como veio e quando. Perguntas tão simples para o resto dos casos do Fórum, mas que ali, naquele momento, não tinham resposta, que foi buscada sem descanso.

E a Flor foi à Polícia, que olhou suas mãos e disse que eram limpas. Foi ao médico, que fez suas contas e deu-lhe uma idade. Virou e mexeu, até que um dia chegou a certidão. O processo durou nove meses até aquele dia. Os olhos embaçados da Flor e do velho companheiro brilhavam. Os dele, porque ela não morreria mais como indigente. Os dela, porque finalmente seria reconhecida como alguém. Tinha agora um documento de verdade. Podia ir ao posto de saúde e comprar no crediário. E os olhos da defensora, que tinha recebido o processo que resultou em tudo aquilo, marejavam de compaixão. A mais verdadeira de todas, aquela que brota quando processo e vida se tornam uma coisa só, que dá sentido à vida de alguém.

A defensora sempre soube que eram todos os personagens feitos do mesmo material. Eram todas vidas humanas. E tinha conseguido fazer a lei funcionar para resolver o mundo daquelas pobres almas, que agora estavam tão felizes. Sorriu para eles e com eles. E o quadro verde sem nada escrito a giz, que era a mente da Flor, agora tinha a cor da esperança de nascer de novo no mundo em que vivia há tanto tempo sem que ninguém soubesse quem era.

O casal saiu feliz com a certidão em punho. Voltariam ali noutro dia. Foram para casa. Viam-se as nuvens desenhadas, pela janela, e havia o Sol.

A história virou notícia e a Flor que antes não tinha nome agora apareceu até na televisão. O jornal veio, veio o fotógrafo. E todos conheceram Dália Maria.<sup>11</sup>

A moldura simples, mas bem acabada, combinaria com qualquer parede. E em alguma daquelas casinhas de tábuas escovadas e vasilhinhos de flores de plástico ficaria tão bem. Seria uma lembrança. Uma espécie de foto de batizado de alguém que encontrou sua identidade depois de tantos anos de anonimato e invisibilidade. O quadro agora tinha uma história. Ela merecia, e o pequeno presente tinha um valor que o dinheiro não mediria. Valeria para sempre e não deixaria que a folha do jornal ficasse amarela com o tempo. O tempo... ah, o tempo!

.....  
<sup>11</sup> A história foi publicada no *jornal O Pioneiro*, e foi vencedora do Prêmio Adpergs de Jornalismo, na categoria Fotografia.

.....

# 19

## **Um Contra Todos**

*Tarcizio Scherer Perlin*



.....

**E**ra mais uma manhã de labuta defensorial no interior. O cenário clássico de quem começa na carreira que todos conhecemos: um defensor público para atender duas Varas Judiciais com 20 mil processos cada. Naquele dia, nada de diferente do roteiro clássico. Dia cheio de audiência. Aliás, toda semana era recheada com solenidades judiciais, que só tinha rotina quebrada com o tradicional júri de terça-feira e os atendimentos nas segundas e sextas-feiras.

Depois de um almoço corrido no restaurante do clube, há a necessária passada na sede da Defensoria Pública para verificar eventuais urgências. Tão logo aporto, o estagiário, com ares de quem noticia o fim do mundo, alerta que diversas mulheres estiveram na Defensoria Pública pedindo ajuda, pois naquela manhã, dia tradicional de visitas no Presídio, não lhes permitiram entrar no estabelecimento. Segundo constou, nas palavras do estagiário, foram ouvidos gritos por socorro partindo da casa prisional, de onde alguns policiais militares teriam sido vistos saindo por volta das 10 horas da manhã.

O estagiário tentou repetir, com exatidão, as palavras daquelas mulheres, de modo que toda circunstância fática fosse

rapidamente absorvida. Disse ele que as mulheres, mães e esposas, estavam muito nervosas, pois lhes foram proibidas as visitas sob alegação de um “motim”, havendo notícia de gritos de socorro partindo do interior da casa. Aquelas mulheres estavam muito nervosas e queriam notícia de seus familiares.

Imediatamente, ainda em horário de almoço, entabulamos contatos com algumas daquelas mulheres, e elas retornaram para contar o que sabiam. Sabiam pouco, na verdade. Só exalavam preocupação diante da ausência de informações pelas autoridades envolvidas, pelo que clamavam pela Defensoria Pública para apurar e esclarecer o ocorrido, inclusive sobre a saúde de seus familiares. Mas havia um detalhe que elas salientaram muito: era “bronca” com a cela 04.

Havia dois ou três processos criminais na mesa que aguardavam resposta à acusação. Todos de réus presos preventivamente. Assim, com a desculpa de realizar atendimentos para o mister processual, fui até a casa prisional.

Quando cheguei à porta havia tensão. Não parecia uma visita tradicional do Defensor para realização de atendimentos para colher a versão de acusados e eventuais indicações de testemunhas. Os agentes prisionais estavam ouriçados, desconfiados com a minha presença. Estranho. Muito estranho.

Questionado sobre minhas intenções, fui claro: vim atender alguns acusados, desses processos que trago. O agente penitenciário disse que naquele dia ficava difícil, pois havia pouco efetivo e não teriam como “passar”. Insisti. Disse que havia prazo para confecção das respostas à acusação, que o juízo era rigoroso e que não havia outro dia, tanto que estava ali fora do horário convencional. Eu falei que, necessário fosse, ingressava na galeria e faria o atendimento mesmo sem

escolta ou acompanhamento, pois eu não poderia sair sem as informações necessárias para os processos. Negativa que se manteve.

Pedi pela presença do administrador, o qual, para minha sorte, estava lá. Nova conversa estranha, tensa. Não havia nada que impedisse a minha presença lá, mas estava claro que não me queriam. Depois de muita conversa e insistência, inclusive sobre prerrogativas legais, foi-me franqueado contato com os acusados que estavam presos, cujos processos tinha em mãos. Até aquele momento, ninguém falou sobre o ocorrido na manhã. Só se sentia o clima estranho. Havia tensão. Eles sabiam que eu sabia que algo estava errado. Eles anteviam que eu estava ali para descobrir algo que eles não queriam revelar.

Realizei os três atendimentos. Conversamos sobre estratégia processual e sobre linhas defensivas, além do interesse de ouvir testemunhas. No final do atendimento, fazia perguntas diferentes. Queria saber se ele era da cela 04 e se sabia me contar o que tinha ocorrido. Os três não estavam envolvidos em nada, não quiseram falar sobre coisa alguma. Havia um pacto de silêncio próprio de quem não queria ser prejudicado. Apenas uma frase foi repetida pelos três: “Isso aí tem que ver com o Gabriel e o Francisco”. Gabriel cumpria pena por homicídio. Francisco era assaltante, com três condenações e pena longa. Eram conhecidos da Defensoria. Não havia outra alternativa, solicitei a presença desses apenados.

O diretor do estabelecimento, que aparentemente estava escutando os atendimentos do corredor, de pronto negou a possibilidade. Disse que já foi difícil trazer os outros apenados e que eu já tinha cumprido com o objeto da visita. Depois de muita insistência, Francisco e Gabriel foram encaminhados para atendimento.

Gabriel caminhava com dificuldades e estava muito desconfortável com o atendimento. A cada passo que dava, uma nova dor surgia. O silêncio durante sua caminhada e os suspiros de dor deixavam aquele cenário mais caricato. Havia nitidamente um medo do que ele iria falar.

Gabriel não queria falar. Estava confuso e muito desconfiado. Durante sua passagem notou a comunicação não verbal do ambiente. Se falasse, poderia ser prejudicado. Apelei para a conversa que tive com a mãe dele, sobre a preocupação dela, com o que ele começou a falar: “Foi uma maldade, doutor. Nós não fizemos nada e de manhã fomos chamados ao refeitório, onde nos bateram demais”. Imediatamente, ele ficou de pé e levantou a camiseta. As marcas das batidas eram claras. O cassetete aparecia desenhado nas costas daquele menino. Só havia marcas nas costas, algo que ficou logo muito evidente. Ele só pedia para “deixar quieto” e para avisar a sua mãe que estava bem. Transparecia um medo que eu não imaginava a origem.

Francisco, por sua vez, estava exaltado. Revoltado. Apanhou muito. Tão logo chegou para atendimento, já levantou a camiseta para mostrar o quanto tinha apanhado naquela manhã. Marcas iguais e no mesmo lugar que Gabriel. Segundo narrou, um apenado da cela 04 passou a noite atormentando os demais apenados, sendo que, naquela manhã, como forma de castigo, foram encaminhados, todos, para o refeitório, local em que, deitados, receberam golpes de cassetetes. As marcas dos golpes confirmavam a narrativa.

Saí do atendimento e os agentes penitenciários me esperavam curiosos para saber a reação. Não falei nada. Só disse que voltaria no dia combinado para outros atendimentos. O diretor insistiu, queria saber o que os apenados falaram. Antes de eu responder, ele já adiantou que houve uma forte

indisciplina pela manhã, que a Brigada Militar foi chamada e que houve confronto físico no corredor. Não retruquei. Eu só queria sair dali e conversar com o Juiz da Execução Penal. Desconfiança de ambos.

Fui direto ao Fórum e pedi para conversar com o juiz, que prontamente me recebeu. Contei o que havia apurado. Mostrei as fotos que contradiziam o relato dos agentes. Senti que havia preocupação, que havia o entendimento de que aquilo seria inaceitável. Surgiu uma ideia. Foi adiantada uma audiência de apuração de falta grave, que seria realizada no outro dia. Adiantavam a audiência para aquele momento. Francisco iria falar.

A audiência mal começou e Francisco, apesar das advertências que havia necessidade de apurar a falta grave em curso, já levantou a camiseta, querendo que o juiz visse as marcas da violência. Tudo ficou registrado em áudio e vídeo. Disse que um apenado da cela 04 passou a noite atormentando outros apenados de outras celas e também o agente penitenciário de plantão, o qual, em revide, providenciou que todos da cela em questão fossem encaminhados cedo para o refeitório, onde, deitados, sofreram agressões com cassetetes nas costas. Questionado sobre o confronto no corredor, disse, irredimido, que bastões de madeira não vergam, que não há confronto em que só um lado resta lesionado no mesmo lugar, nas costas. O sentimento era de que havia prova suficiente para a responsabilização dos envolvidos.

Depois da audiência, tomou-se conhecimento que havia sido registrado um boletim de ocorrência narrando o confronto no corredor do estabelecimento prisional, que houve necessidade do uso da força em razão do descontrole dos apenados.

Assim, foram enviados ofícios com as mais diversas provas aos agentes públicos responsáveis para apurar os fatos.

Duas semanas depois, os apenados que falaram sobre os fatos daquela tarde disseram não recordar de nada. Há coisas que só a vivência no cárcere faz entender os pactos de silêncio. Apesar do registro em áudio e vídeo naquela audiência, das fotos, dos relatos das mães e esposas que escutaram por socorro, as vítimas disseram que não se lembravam de nada e que não queriam mais falar sobre o assunto.

As autoridades já estavam oficiadas e eventuais responsabilidades deveriam ser apuradas. Os interessados não queriam indenização. Não havia mais nada a ser feito.

No entanto, a sensação de frustração era muito grande por não ter êxito na defesa daqueles indivíduos, bem como pela nítida impunidade de quem determinou e executou a tortura no cárcere. Vivi dias com aquele sentimento.

E não há nada mais tortuoso para um Defensor Público do que verificar a hipótese de uma violência e nada poder fazer de concreto na defesa daquelas pessoas pobres. O sistema vencia mais uma vez.

Praticamente um mês depois do fato, quando os interessados não falavam mais do assunto e os expedientes eram arquivados nas autoridades competentes, pois “a violência sofrida foi resposta estatal proporcional a um confronto ocorrido no interior da casa prisional”, algo aconteceu.

Uma senhora, que eu vou chamar de Maria das Graças, foi na Defensoria Pública e pediu atendimento. A agenda estava lotada e não havia como encaixá-la, salvo se algo de muito urgente necessitasse do olhar profissional. Ela insistiu, disse que era coisa rápida e o agendamento ocorreu.

No dia do atendimento, logo que vi o nome pensei que o João devia ter aprontado das suas. João respondia uns 12 procedimentos por furto. Era viciado em crack. O vício lhe exigia a subtração dos mais diversos objetos para a compra da

droga. Era sujeito manso, não era violento, mas tinha diversos procedimentos policiais na ficha. João era marido da Sra. Maria das Graças.

Maria das Graças, quando perguntada sobre o que lhe trazia à Defensoria Pública, disse de plano que não era sobre novas acusações contra João, mas sobre o que lhe estava “passando na cabeça”, quase como um desabafo.

Ela disse que havia uns dias tinha acontecido algo na sua vida e que ela queria compartilhar comigo. Mesmo antes de eu avisar que não fazíamos atendimentos psicológicos, ela começou.

Disse que estava pensando na vida e que quando se deu em si estava sentada em um banco da praça divagando, em silêncio, sobre a sua vida e os momentos que compartilhava com João. Que seu esposo estava preso e que não havia perspectiva de ele sair de lá tão cedo, pois havia muitos processos e diversas penas para serem cumpridas. A sogra já havia desistido de João. O sogro não queria ouvir o seu nome. Seus cunhados tinham vergonha daquela devastação que a droga tinha feito em sua vida. Falou que diversas vezes pensou em desistir de João também.

Eu já sem entender nada, não sabia o que ela queria afinal. Aí que ela, com lágrimas nos olhos e com intervalos de falta de ar, começou a dar sentido à sua visita. Disse que naquela tarde, na praça central, começou a chorar. Que algo havia acontecido de muito grave com João, pois ele havia sido torturado dentro do presídio junto com Gabriel e Francisco, e que o defensor público tinha imediatamente ido até o presídio para ver o que aconteceu, além de manter todas as familiares a par do andar das coisas. Falou que nunca alguém havia se preocupado com João, que nunca ninguém havia “corrido” por ele, mostrado preocupação com as violências

que ele sofria e que aquilo foi algo muito importante para ela. Ela disse que se havia ainda alguém, pelo menos uma pessoa, que se preocupava com João, ela não poderia abandoná-lo. Se alguém ainda defendia os interesses de João, ela não poderia se dar ao luxo de abandoná-lo, mesmo que todo mundo já o tivesse feito.

Maria das Graças refletiu e concluiu que se ainda havia alguém que acreditava em João, que lutava por ele, por pior que ele fosse, ela tinha que continuar a viver por ele.

Foi uma lição que nunca mais esquecerei. A ideia, ainda teórica, de que a Defensoria Pública representa o último bastião da democracia, de que é a única Instituição a ficar ao lado do cidadão, mesmo quando todos se voltam contra ele, materializou-se nas palavras da simples Maria das Graças. Ela materializou a luta do um contra todos que tanto ouvimos falar. Se havia um defensor que estava ali pelo João, não seria ela, a esposa dele, que o iria abandonar. Arrepiei quando ela me falou aquilo. Reforçou o sentido da missão que vivenciamos todos os dias.

Lição que ficou para a vida. Quando penso que sou a última pessoa a ficar do lado de algum assistido, lembro que ainda há também uma esposa, um pai, um familiar que acredita e vive por aquele cidadão.

Por óbvio, há um pouco de ficção e um tanto de verdade nessa curta passagem profissional. Os nomes foram alterados. Algumas omissões estatais graves que ocorreram no desdobramento dos fatos não foram objeto desse pequeno relato. O fato é que essa situação me acompanhará por anos, sempre lembrando da nossa verdadeira missão Constitucional: a de estar ao lado do cidadão.

Certa feita, anos depois, vivi situação filosoficamente parecida em outra Comarca da região celeiro, em que o próprio



juiz referiu ter presenciado uma lição de vida, sobre a necessidade de os agentes públicos nunca se desgarrarem de sua essência constitucional. Mas essa história fica para a próxima vez.

# 20

## **O Preço do Tempo**

---

*Waldemar Menchik Junior*

.....

*“Ele, à contraluz do abajur lilás, divisou uma espécie de Vênus de Milo – embora não a conhecesse – ou alguma daquelas criaturas que enfeitam, no mármore de Carrara, os mais visitados museus da Europa. Talvez até uma das cariátides da Acrópole de Atenas.”*

Viuvo há três anos, Otacílio viera à cidade para sacar os proventos da aposentadoria, finalmente deferida. Ele já recebia pensão pelo passamento da companheira, tendo-lhe sido negado o direito à percepção da jubilação, como agricultor, sob o argumento da proibição de acumulá-las. Destarte, por advogado particular, ajuizara ação judicial que, agora, teve seu término exitoso. Assim, receberia todos os atrasados. Foi, na verdade, uma poupança forçada.

Após pagar os honorários do patrono, depositou o valor equivalente a 15 salários-mínimos, retirando o restante, cerca de R\$ 5.000,00, em valores atualizados. Estava em êxtase, em especial porque a safra frustrara e, desse modo, minguavam boas notícias. Daí, não poderia negar, esse pagamento foi um bálsamo contra a crise que vinha a galope.

Ao sair do banco encontrou alguns amigos, aos quais contou o motivo da vinda à cidade, momento em que Arlindo, um dos mais jovens da turma, sugeriu-lhe uma comemoração. Nada respondeu nem pensou acerca daquela ideia. Despediram-se e, quando caminhava rumo à estação rodoviária, onde tomaria o ônibus de retorno a casa, foi interpelado por um jovem casal que lhe entregou uma propaganda incomum. Era um folheto. Nele havia fotos de mulheres seminuas, com destaque para a informação de que, naquela semana, no mais famoso lupanar da cidade – o qual desconhecia – estava se apresentando a musa de um clube da capital, aquele que, há vários decênios, disputara um torneio intercontinental. Dela, contudo – bonita como laranja de amostra –, não se via o corpo desnudo, eis que fotografada em trajes sociais.

Observou atentamente a beleza escultural da modelo que, no material de divulgação, vestia-se com um longo vestido azul, parecendo uma sereia, em face do perfil curvilíneo. Refletindo, disse a si mesmo: “Por que não? Ora, faz três anos que estou sozinho”.

Ele sabia que lá no rincão do Galo Cinza, onde morava, dificilmente encontraria algo do gênero. Ademais, tinha convicção de que sempre fora um bom esposo, respeitando a companheira. Agora, porém, com o tempo encurtando a vida, talvez fosse indicado conhecer esses lugares. Isso, logicamente, não era errado para um homem descompromissado.

Então, chamou um táxi, indicando no *folder* seu destino: a boate “Las Matreiras”. O condutor, rindo, disse que conhecia o lugar, o qual, segundo sua abalizada opinião de chofer de táxi, “valia a pena visitar”.

Chegando, sentiu o ambiente fumacento mesmo de dia claro. Encabulado, sentou-se num sofá de canto. Havia frequentadores. Alguns, só estavam ali para conhecer o local.

Outros, já enfronhados na bebida, abraçavam-se a algumas moçoilas como se estivessem prestes a casar, escancarando estarem próximos da “fase porco” da ingestão alcoólica.<sup>12</sup>

Otacílio, hesitante, degustando uma cerveja, observava o local, quando, de repente, irrompe no salão a modelo cuja foto estampava a propaganda que ele trouxera no bolso da calça.

Trajava um longo vestido azul e preto, listrado de alto a baixo, além de longas luvas brancas, de renda, que cobriam integralmente mãos e braços. Desse modo, via-se um corpo atizador, cheio de contornos, como se feito do mesmo molde do sinuoso traçado da pista de Mônaco. E as luzes piscantes do ambiente escurecido induziam a imaginá-la sem as vestes que a cobriam por inteiro. Visão de um mistério encantador, que mais cativa pelo que esconde do que por aquilo que poderia mostrar.

Ele, nessa hora, viu-se tentado a conhecê-la. É que seu peito albergava um coração solitário, enquanto seu corpo de homem ainda ativo rugia de aflição. Poucos minutos depois, como se magnetizado pelas palavras bem colocadas e pelo olhar cativante da musa tricolor, de mãos dadas, endereçavam-se a uma das suítes do conventilho. Ansioso, Otacílio seguia os passos daquele dama, como se fora um penitente rumando à Terra Santa.

Aquela alcova lhe pareceu um santuário, pois é natural que assim se porte o homem que, carente, ainda venera o outro sexo. Lá dentro, a marafona expôs as condições para a efetiva-

.....  
<sup>12</sup> Segundo uma lenda árabe, *as três fases da embriaguez* seriam simbolizadas por três animais, o macaco, o leão e o porco. Na primeira, o indivíduo se torna irrequieto, saltitante, semelhante ao agir de um macaco; na segunda, torna-se violento, brigão e agressivo, similar ao leão; na terceira, sujo, emporcalhado e roncando, tal como um porco.

ção do contrato, ressaltando que cobrava quatrocentos reais por uma hora de programa, que se iniciaria assim que saísse do banheiro, pedindo a ele que também se banhasse. Otacílio, quase mudo de emoção, entrou na casa de banho, não sem antes deixar a carteira estufada de dinheiro repousando sobre o bidê, ao lado de uma pantalha decorativa. A seguir, tomou uma chuveirada a capricho, instante em que recebeu o tal roupão, tendo ela, após, ingressado no toalete.

Esparramou-se pela cama, o cliente, aguardando a beldade que lhe aguçara os sentidos. E a espera não foi em vão.

Quando ela, nua e perfumada, saiu do banheiro, carregava uma ampulheta que colocou sobre o frigobar.

Ele, à contraluz do abajur lilás, divisou uma espécie de Vênus de Milo – embora não conhecesse – ou alguma daquelas criaturas que enfeitam, no mármore de Carrara, os mais visitados museus da Europa. Talvez até uma das cariátides da Acrópole de Atenas. Os seios, firmes como pérolas das melhores ostras e, ao mesmo tempo, suaves como pétalas de uma flor, tinham os mamilos róseos e tesos como amêndoas, parecendo mirá-lo; as coxas, firmes e torneadas, similar às mesas de madeira feitas pelo labor artesanal dos melhores marceneiros; era, enfim, uma obra de arte esculpida num corpo humano.

Os olhos da messalina – que disse chamar-se Lady Catarina – pareciam duas esmeraldas, de cujas órbitas refletia um brilho de cegar o mais másculo coração, antevendo-se que, com seus traços sensuais, ela seria capaz de desmoronar o mais sólido relacionamento, ainda que construído sob a égide do sétimo sacramento. Estava convicto – ao vislumbrar aquele vulto bem torneado – de que a diva que o acompanhava seria capaz de tirar do leito hospitalar até um idoso debilitado, ainda que recebendo soro pelas vias endovenosas, ou mesmo desenganado pelos iátricos seguidores de Hipócrates.

Como bom missioneiro, chegou a lembrar de Jayme Caetano Braun, que, na poesia “Bochincho”, descrevia esse espécime de fêmea, ao dizer:

(...)

Morena de toda crina

Dessas da venta brasina

Com cheiro de lechiguana

Que quando ergue uma pestana

Até a noite se ilumina.

Entretanto, a despeito de comovido pela silhueta encantadora de Lady, não deixou de notar outra singularidade que aquele corpo trazia. Aproximaram-se, instante em que Otacílio a tocou nos ombros, sentindo, na ponta dos dedos, a sensação de apalpar cicatrizes ou saliências. Curioso, perguntou do que se tratava, ao que ela lhe orientou que acendesse a luz fluorescente. Otacílio, assim, deparou com algo que nunca vira antes: o corpo perfeito daquela mulher era ornamentado por pinturas e desenhos multicoloridos.

Surpreso, ele perguntou se eram figuras dos chicletes “Ping-Pong ou Ploc”, os quais, por vezes, levava aos netos, que se enfeitavam ao colarem os adesivos. A moça, nessa hora, passou a explicar que aquelas figuras de cores variadas eram tatuagens de flores, símbolos e adereços, além de escritos arabescos em pergaminhos imaginários. E, saciando a curiosidade do cliente, foi explicando, pouco a pouco, como haviam sido feitas e o que cada uma delas significava. Otacílio, hipnotizado, apenas admirava a arte que cobria aquele corpo incomum, o qual servira de tela ao artista – de quem sentia ciúmes, mesmo sem conhecê-lo. Boquiaberto, apreciando uma a uma, escutava atentamente.

E o tempo foi passando. Bem rápido, como somente ela via ao visualizar a areia da ampulheta escoar para o outro compartimento cônico, prova inexorável do transcurso dos períodos.

Ele, impactado pelas imagens que ornamentavam o corpo labiríntico da cortesã, e atento à meticulosa aula que recebia acerca das tatuagens, ouviu, instantes depois, a má notícia:

— Seu Otacílio, nosso tempo acabou.

De pronto, o cliente redarguiu:

— Mas como, guria, se não fizemos nada?

— O senhor não fez. Eu lhe respondi tudo o que o senhor me perguntou. Expliquei sobre as tatuagens e o significado de cada uma delas. Enfim, atendi-lhe muito bem.

— Mas não dá para completar o serviço, moça? — ele indagou.

— Infelizmente, eu tenho horário com outra pessoa, já agendada. Vamos ter de completar o serviço — como o senhor diz — em outra oportunidade.

E aduziu:

— Peço-lhe que me pague o valor contratado. São R\$ 400,00, seu Otacílio.

Nesse momento, ele se deu conta de que desperdiçara o tempo na contemplação das pinturas e, teso, negou-se a pagar, sob o argumento de que não tiveram relacionamento íntimo.

Ela, treinada nessa lida dos dissabores diuturnos, vendo a carteira do cliente acomodada sobre o móvel, ao lado do abajur lilás, simplesmente avançou e, abrindo-a, dela retirou o valor contratado, timbrando:

— O senhor me desculpe. Eu sou uma profissional. Recebo pelo que faço. Fiz o que o senhor me pediu. Se não houve nada mais além da conversa sobre tatuagens, é porque foi op-



ção sua. Aliás, o senhor deve saber que quem lê bula não toma o remédio.

A seguir, vestiu-se e voltou ao salão para os braços de um novo cliente.

Otacílio, acabrunhado, sentiu-se vítima de um golpe. Manteve-se no quarto por mais uns minutos. Ensimesmado, de cenho franzido, vestiu-se e, a passos largos, murmurando palavras desconexas, dirigiu-se à porta do estabelecimento, onde pediu que chamassem um táxi.

Minutos depois, orientado pelo motorista a quem narrou o ocorrido, ingressava no prédio da Delegacia da Polícia Civil, onde descreveu haver sido vítima de “roubo” supostamente praticado pela moça cuja foto estampava a propaganda – a qual deixou com o investigador – do empreendimento “Las Matreiras”, rumando, posteriormente, à localidade onde morava. No registro policial constou o nome artístico da moça, Lady Catarine, sendo que a autoridade policial ficou em dúvida, num primeiro momento, em enquadrar o fato como furto ou estelionato, optando, posteriormente, pela última tipificação, dada a originalidade do relato.

Quando remetido o inquérito ao fórum, verificou-se que a acusada não fora ouvida pela autoridade policial. Aliás, somente foi corretamente identificada no fechamento do ato administrativo, quando um inspetor foi ao “Las Matreiras”, onde lhe repassaram os dados pessoais da suposta infratora. Com base nisso, foi denunciada e, citada no endereço constante nos registros públicos, não se sabia, ao certo, se viria à audiência. O defensor público, entretanto, estava a postos para proceder à sua defesa.

Designada a audiência, como a acusada não contactou com a Defensoria Pública, o defensor deduziu que ela não

compareceria, caso em que é decretada a revelia da pessoa ausente.

Surpreendendo a todos, porém, Lady – cujo nome registral era outro –, bem trajada e usando corretamente do vernáculo, fez-se presente, oportunidade em que, previamente, solicitou entrevista com o defensor público.

Este, de sua parte, lera o processo e, vendo a assistida, compreendeu os porquês de a vítima Otacílio impactar-se. Era uma bela mulher, cujo porte se destacava na multidão. Realmente ela fora favorecida pela natureza, dados os atributos e predicativos que carregava. E, quanto ao processo, na rápida entrevista que tiveram, Lady declarou-se inocente.

A prova a ser produzida restringia-se em ouvir o taxista, que não presenciou o evento, cingindo-se a efetuar o transporte da suposta vítima. Nada acrescentou de relevante, pois.

Seu Otacílio, entretanto, manifestou-se como uma vítima enfurecida com a acusada, pelo “golpe perpetrado” contra sua pessoa. Ao ser inquirido pela defesa, todavia, confirmou todo o périplo de conversas informativas sobre as tatuagens. E, ainda que realmente a ré teria explicado, no recôndito do cômodo íntimo, que o tempo para o programa seria de uma hora. Ressaltou, porém, que o contrato não foi cumprido porque não realizaram o que previamente queria, salientando que sua maior revolta defluía da atitude de Lady que, sem autorização, retirou R\$ 400,00 da sua carteira que, na ocasião, descansava sobre o bidê, ao lado da luminária violácea.

A moça, ao ser ouvida, repetiu os fatos declinados por Otacílio, justificando haver pego o valor sem qualquer ameaça, violência ou subterfúgio. Ressaltou tê-lo avisado de que retiraria, como efetivamente retirou, apenas o valor avançado, ou seja, quatrocentos reais. Destacou, nessa linha, que “a carteira estava recheada de dinheiro” e que só ficara

com o que era seu por direito. Rematou que permanecera à disposição de Otacílio pelo tempo contratado e que, por isso, fazia jus à percepção do valor pactuado, sublinhando que “contrato existe para ser cumprido” e que o tempo tem um preço.

Da narrativa, o promotor de justiça antecipou à vítima que não vislumbrava a ocorrência de crime, sugerindo, às partes, que talvez fizessem um acordo, fato raro nessa espécie de demanda.

Otacílio, alheio aos pactos orais entabulados nos aposentos dos bordéis, salientou, mais calmo:

— Olha, seu Juiz, se ao menos a moça me devolver uns R\$ 200,00, eu perdoe ela.

Lady Catarina, com a voz aveludada, como se tivesse película na língua, não repeliu à vítima, dizendo-lhe, com manha e jeito:

— Seu Otacílio, eu gostei do senhor. Mas desconto eu não dou. Proponho que, na próxima vez em que estiver aqui na cidade, o atenderei no “Las Matreiras”, com a máxima dedicação e carinho. E aí o senhor me lembra de lhe mostrar as tatuagens antes de iniciar a contagem do tempo.

A referência às tatuagens alertou Otacílio, pois, como se tivesse acordado de um longo período de hibernação, ele a questionou:

— A senhorita fez outras, Dona Lady?

Ela saciou a dúvida do cliente:

— Fiz, seu Otacílio.

Ele, com os olhos cintilando de curiosidade, a indagou:

— E ficaram bonitas, moça?

Ela, sinalizando um convite, sublinhou:

— Acho que sim. Mas só posso mostrar no serviço!

O defensor, admirado com a singular sapiência negocial de Lady, lembrou que, de fato, assiste razão a Mildred Meiers, para quem “o amor grava sua tatuagem na carteira de todo amante”.

\*\*\*







